



PRÊMIO ARI DE JORNALISMO 2023 E 2024
Reportagem Econômica

MAPA ECONÔMICO DO RS



Caderno Especial do Jornal do Comércio
Porto Alegre, segunda-feira, 30 de junho de 2025

3ª temporada - 2025

1ª edição

Região Sul
Centro-Sul
Campanha
Fronteira Oeste

Regiões Sul, Campanha e Fronteira Oeste buscam avançar em industrialização

Com produção agrícola consolidada, área meridional do Rio Grande do Sul trabalha para avançar no processamento de grãos; setor industrial passa por transformações, caso da Refinaria Riograndense



JOÃO PAULO CEGULSKI/DIVULGAÇÃO/JC

Complexo instalado em Rio Grande está se tornando biorrefinaria, com o uso de matérias-primas renováveis para produzir combustíveis



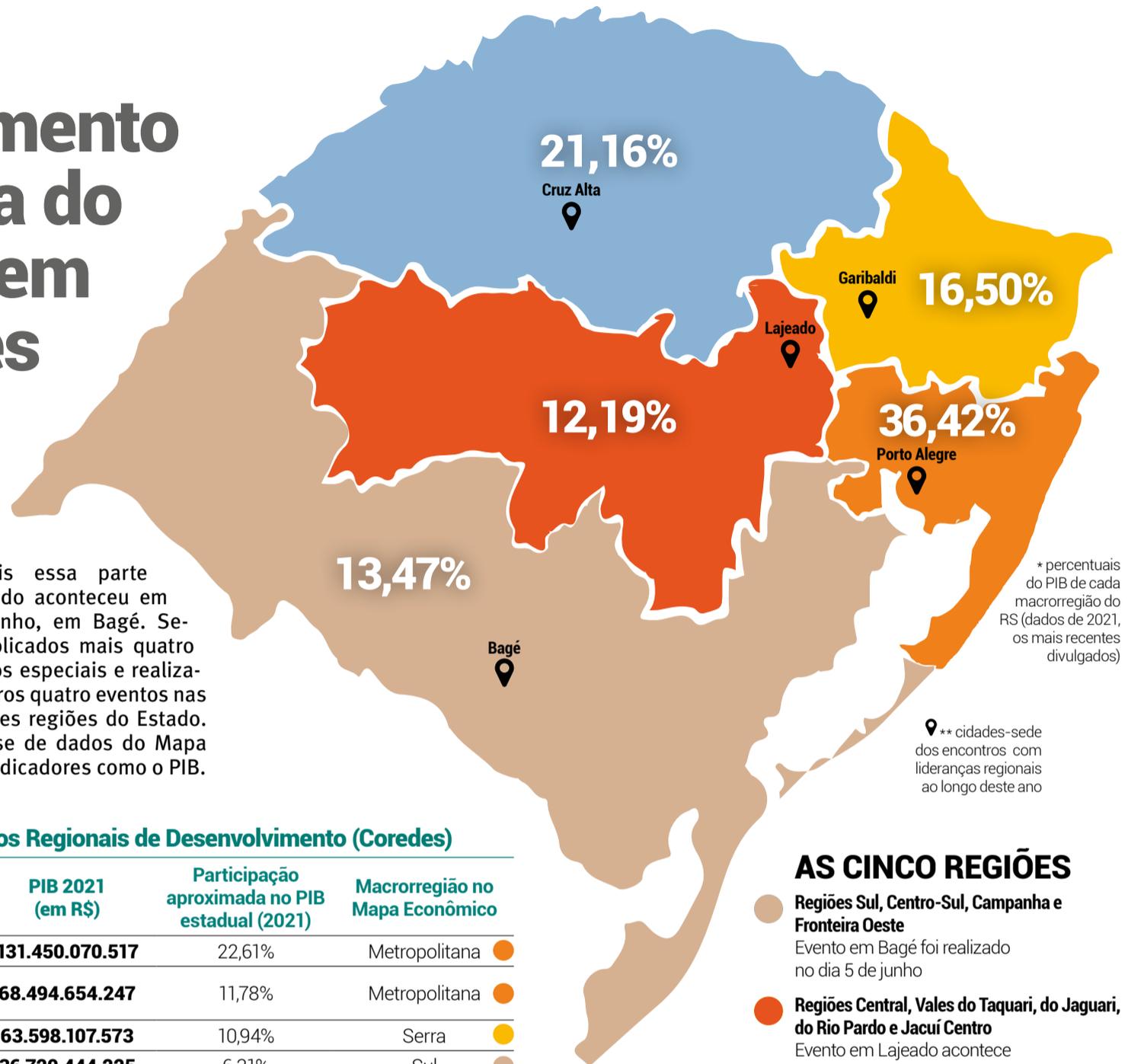
Panorama

Um levantamento da economia do RS dividida em cinco regiões

Terceira temporada do Mapa Econômico do RS faz raio-x atualizado das cadeias produtivas e das riquezas em solo gaúcho

Pelo terceiro ano consecutivo, o Jornal do Comércio promove o mapeamento da economia do Rio Grande do Sul. Esta é a primeira edição de 2025, e abrange as Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste. O evento para discutir com lideranças

regionais essa parte do Estado aconteceu em 5 de junho, em Bagé. Serão publicados mais quatro cadernos especiais e realizados outros quatro eventos nas diferentes regiões do Estado. A análise de dados do Mapa inclui indicadores como o PIB.



Ranking do PIB gaúcho por Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes)

Corede	PIB 2020 (em R\$)	PIB 2021 (em R\$)	Participação aproximada no PIB estadual (2021)	Macrorregião no Mapa Econômico
1. Metropolitana	116.084.255.683	131.450.070.517	22,61%	Metropolitana
2. Vale do Rio dos Sinos	59.233.708.601	68.494.654.247	11,78%	Metropolitana
3. Serra	52.294.019.824	63.598.107.573	10,94%	Serra
4. Sul	27.645.628.740	36.720.444.225	6,31%	Sul
5. Produção	18.621.516.955	24.354.041.158	4,18%	Norte
6. Vale do Rio Pardo	19.988.093.490	21.645.354.271	3,72%	Central e Vales
7. Fronteira Oeste	15.487.155.820	21.231.942.476	3,65%	Sul
8. Vale do Taquari	16.258.628.398	19.115.555.723	3,28%	Central e Vales
9. Central	14.647.908.978	18.757.007.907	3,22%	Central e Vales
10. Alto Jacuí	9.449.984.415	14.526.251.622	2,49%	Norte
11. Norte	11.214.782.463	13.897.181.840	2,39%	Norte
12. Missões	9.453.068.127	13.232.531.615	2,27%	Norte
13. Noroeste Colonial	8.917.363.720	12.844.006.894	2,20%	Norte
14. Fronteira Noroeste	9.484.853.659	12.137.831.514	2,08%	Norte
15. Litoral	10.184.847.099	11.811.339.332	2,03%	Metropolitana
16. Campanha	7.786.239.621	11.096.358.234	1,9%	Sul
17. Vale do Caí	8.395.630.081	11.052.395.600	1,9%	Serra
18. Centro-Sul	7.240.751.703	9.398.634.217	1,61%	Sul
19. Nordeste	5.740.140.861	8.128.972.215	1,39%	Norte
20. Paranhana e Encosta da Serra	6.795.365.918	7.673.898.249	1,32%	Serra
21. Rio da Várzea	5.166.138.902	7.188.396.174	1,23%	Norte
22. Hortênsias	5.388.082.468	6.975.537.074	1,2%	Serra
23. Campos de Cima da Serra	4.707.328.161	6.640.685.035	1,14%	Serra
24. Celeiro	4.879.577.485	6.403.388.242	1,1%	Norte
25. Jacuí Centro	4.064.963.490	6.174.083.601	1%	Central e Vales
26. Médio Alto Uruguai	5.224.562.627	6.170.642.049	1%	Norte
27. Vale do Jaguarí	3.589.507.430	5.692.618.848	0,97%	Central e Vales
28. Alto da Serra do Botucarái	2.997.741.322	4.871.746.860	0,83%	Norte

FONTE: SPGG-RS/DEE, IBGE

AS CINCO REGIÕES

- Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste**
Evento em Bagé foi realizado no dia 5 de junho
- Regiões Central, Vales do Taquari, do Jaguarí, do Rio Pardo e Jacuí Centro**
Evento em Lajeado aconteceu no dia 10 de julho
- Regiões Serra, Campos de Cima da Serra, Hortênsias, Vales do Paranhana e do Caí**
Evento em Garibaldi será em 7 de agosto
- Regiões Norte, Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Missões, Celeiro, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Produção, Alto da Serra do Botucarái, Rio da Várzea e Alto Jacuí**
Evento em Cruz Alta será em 9 de outubro
- Regiões Metropolitana, Vale do Sinos e Litoral**
Evento em Porto Alegre será realizado no dia 10 de novembro

Os dois maiores PIBs entre os 28 Coredes – organização regional utilizada pelo Estado há mais de 30 anos – estão na macrorregião Metropolitana. A **Região Metropolitana, onde está Porto Alegre, lidera, com 22,61% do PIB do RS**, seguida pelo Vale do Sinos, com 11,78%. A outra microrregião desta área, o Litoral, tem um PIB menor, mas registra forte crescimento populacional. Os dados são de 2021.

A Região Norte vem crescendo nos últimos anos e já se tornou a segunda maior economia entre as macrorregiões deste Mapa Econômico. A **Região da Produção, onde está Passo Fundo, tem o maior PIB entre as 11 microrregiões do Norte do RS**.

A **Região da Serra desponta com o terceiro maior PIB** entre os 28 Coredes, representando 10,94% da economia gaúcha. Com outras microrregiões desta parte do Estado, chega a 16,50% do PIB.

As **Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste**, tema deste capítulo do Mapa Econômico, têm 13,47% do PIB gaúcho, com amplo potencial de crescimento, considerando projetos em curso.

O **menor PIB entre as 5 macrorregiões** está na área central, com 12,19%, mas a região cresce mais do que outras proporcionalmente.

Formar, atrair e reter talentos: isso é fortalecer o desenvolvimento do nosso Estado.

O futuro já começou e, nele, o Rio Grande do Sul está ainda mais forte.

Construir um Rio Grande cada vez melhor é investir no maior ativo do nosso Estado: as pessoas. O Rio Grande do Futuro, plano de desenvolvimento econômico, inclusivo e sustentável, segue em ação trabalhando o valor estratégico do **Capital Humano**.

O governo gaúcho atua para formar, atrair e reter talentos, aprimorando a educação básica e profissional, além de consolidar a qualidade das escolas em tempo integral.



ACESSE O QR CODE PARA
CONHECER MELHOR O PLANO
E TODAS AS AÇÕES.

**RIO
GRANDE
DO
FUTURO**



Carta do editor

JC retoma mapa da economia pelo Sul do RS



Guilherme Kolling
Editor-Chefe do Jornal do Comércio

O projeto Mapa Econômico do Rio Grande do Sul traça uma radiografia da economia gaúcha. Foi criado em 2023 para celebrar os 90 anos do Jornal do Comércio. A iniciativa segue em andamento, agora em sua terceira temporada, identificando oportunidades e desafios ao desenvolvimento econômico.

Para fazer essa análise de forma mais aprofundada, foram feitos cinco grandes recortes regionais. A lógica foi a de agrupar por afinidade econômica e proximidade geográfica os 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) – que formam regiões funcionais no planejamento do Rio Grande do Sul, critério estabelecido há mais de 30 anos pela Secretaria Estadual do Planejamento.

O Mapa foi dividido, então, em uma grande área ao norte, outra ao sul, uma central, além das regiões Metropolitana e da Serra. **Na parte meridional, tema deste capítulo, estão retratadas as Regiões Sul, Centro-Sul,**

Campanha e Fronteira Oeste.

O trabalho é realizado a partir da análise de informações do poder público, com dados sobre Produto Interno Bruto (PIB) e população dos 497 municípios gaúchos, estudos de entidades empresariais e relatórios governamentais sobre o Rio Grande do Sul. Em 2025, acrescentamos dados sobre o mercado de trabalho formal, atualizado com mais celeridade do que o PIB dos municípios. Além disso, são centenas de entrevistas com empresários, gestores públicos, economistas, dirigentes de entidades de classe, acadêmicos e executivos de diversas organizações.

O resultado é complementado com a informação local, em encontros regionais em que lideranças apontam os principais entraves ao desenvolvimento econômico, bem como oportunidades para o crescimento do RS.

Neste ano, o evento da parte Sul do Estado foi realizado em Bagé, em 5 de junho, atraindo lideranças de diversos municípios. Para além das oportunidades mapeadas em anos anteriores (em 2023 a atividade ocorreu em Pelotas e, em 2024, em Rio

Grande), dois temas surgiram com mais força em 2025: a defesa da industrialização da região, com o processamento da produção de grãos, e a necessidade de melhorias em infraestrutura.

Em relação à industrialização, já existem fábricas voltadas ao beneficiamento do arroz. A aposta, agora, é em relação à soja, que consolidou nova fronteira na parte Sul do Estado, com grandes áreas de plantio da oleaginosa em vários municípios.

O próximo passo seria o processamento do grão, a exemplo do que ocorre em usinas instaladas ou em fase de projeto na Região Norte do Estado. Lideranças chegaram a defender a criação de benefícios fiscais para estimular a industrialização do Sul, Campanha e Fronteira Oeste.

Em relação à infraestrutura, a novidade é a retomada da construção de grandes barragens, notadamente Jaguarí e Taquarombó, que podem ser decisivas na irrigação de áreas agrícolas, especialmente na Campanha. Em Bagé, a Barragem da Arvorezinha garantiria abastecimento de água à população, que sofre com racionamento.

São projetos importantes, especialmente considerando eventos extremos do clima. A economia gaúcha perdeu espaço em representatividade no PIB nacional nos anos 2020, com estiagens consecutivas. Assim, a irrigação será decisiva para o desenvolvimento.

Entre os gargalos ainda não resolvidos, a duplicação de

grandes rodovias como as BRs 116 e 290 aparece no topo das prioridades. Lideranças também destacam a expectativa pela redução do preço dos pedágios nas estradas da Região Sul a partir de 2026, com o fim da concessão de rodovias. E melhorias na malha ferroviária, também com a possível troca de concessionária a partir de 2027.

Mais uma vez, **o Mapa Econômico do RS se propõe a mapear oportunidades e desafios ao desenvolvimento.** Também iremos avançar, identificando onde houve evolução nos projetos e quais desafios foram ou não superados.

Neste capítulo, por exemplo, já é possível apontar oportunidades identificadas pelo Mapa Econômico nos anos anteriores e que, em 2025, estão saindo do papel nas quatro microrregiões.

No Sul, temos o exemplo da implantação de uma biorrefinaria em Rio Grande, com o uso de novas matérias-primas pela Refinaria Riograndense. No Centro-Sul, avançam os trâmites para a instalação de uma fábrica de celulose em Barra do Ribeiro. Na Campanha e Fronteira Oeste, emerge um novo polo de turismo, impulsionado pela produção de vinhos e azeites. Também nessa região, saiu do papel um grande parque eólico em Santana do Livramento.

O resultado deste Mapa Econômico do RS é um panorama das diferentes cadeias produtivas, mostrando a riqueza e a diversidade do Estado, bem

como janelas de oportunidades para estimular o desenvolvimento. Mais do que isso, a iniciativa busca, com jornalismo de dados, cruzar informações e criar novos indicadores sobre o presente da economia gaúcha, permitindo mais precisão no planejamento do futuro do Estado.

Seguiremos, até o fim deste ano, percorrendo o Rio Grande do Sul em novos encontros com lideranças regionais, produzindo mais quatro conteúdos especiais sobre as demais macrorregiões.

O cronograma prevê o próximo evento para o dia 10 de julho, em Lajeado, quando serão debatidas as Regiões Central, Vale do Taquari, Vale do Rio Pardo, Vale do Jaguarí e Jacuí Centro.

Em agosto será a vez de um painel em Garibaldi, quando estarão em discussão as Regiões Serra, Campos de Cima da Serra, Hortênsias, Vales do Paranhana e do Caí.

Em outubro, iremos a Cruz Alta, para identificar as transformações nas Regiões Norte, Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Missões, Celeiro, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Produção, Alto da Serra do Botucará, Rio da Várzea e Alto Jacuí.

O Mapa Econômico do RS fecha o ciclo de debates em novembro, com um painel em Porto Alegre, em que discutiremos as Regiões Metropolitana, Vale do Sinos e Litoral.

Até lá, seguiremos publicando novas informações sobre a economia das regiões, como fazemos nesta edição. Boa leitura!

Primeiro capítulo da nova temporada do projeto Mapa Econômico do RS mostra transformações em curso na região

EXPEDIENTE

■ **Editor-Chefe:**
Guilherme Kolling
guilhermekolling@jornaldocomercio.com.br

■ **Editores-executivos:**
Fernanda Crancio
fernanda.crancio@jornaldocomercio.com.br
Mauro Belo Schneider
mauro.belo@jornaldocomercio.com.br

■ **Reportagem:**
Ana Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br
Eduardo Torres
eduardo.torres@jcrs.com.br

■ **Diagramação:**
Ingrid Müller
Gustavo Van Ondheusden

ÍNDICE

PIBs regionais do RS e percentual no Brasil	páginas 2, 6 e 7	Indústrias transformam regiões	página 19
Dados sobre as populações das regiões	página 8	Portos e indústria naval na Região Sul	páginas 20 a 22
Dados sobre o trabalho nas regiões	páginas 10 e 11	Logística e infraestrutura são gargalos nas regiões	página 23
Projetos de barragens geram expectativas	página 12	Transição energética no Sul do RS	páginas 24 e 25
Verticalização na produção agrícola avança	página 13	Mineração avança no Sul e na Campanha	página 26
A pecuária e a produção de soja	página 14	Supermercados e free shops impulsionam varejo	página 27
A produção de arroz e novas atividades	página 15	Universidades ajudam o desenvolvimento regional	página 28
Mapa aponta oportunidades para as regiões	páginas 16 e 17	Turismo fortalece produção de vinhos e azeites	página 29
Projetos prometem avanços da silvicultura	página 18	Quem participou do evento em Bagé	páginas 30 e 31

Construindo e cultivando um novo amanhã.

Há 91 anos, o CREA-RS acompanha a evolução da engenharia, da agronomia e das geociências no Rio Grande do Sul. Em 2025, seguimos firmes no compromisso com o desenvolvimento, com o olhar voltado para um futuro mais sustentável, humano e resiliente. Porque cada obra, cada plantio, cada projeto carrega a força de quem constrói e cultiva com propósito.



Conjuntura

Clima adverso faz RS perder fatia no PIB nos anos 2020

Produto Interno Bruto gaúcho representava 6,5% do País em 2019; apesar de recuperação parcial em 2024, índice foi de 6,02% no ano passado

Ana Stobbe

Um lugar comum quando se fala em Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul é que o desempenho depende em boa parte “de São Pedro”, isto é, quando o clima ajuda a agricultura e as chuvas são adequadas, a economia vai bem. Entretanto, quando o Estado é atingido por estiagens prolongadas ou chuvas extraordinárias e concentradas, o agronegócio vai mal, o que por consequência prejudica o PIB gaúcho.

Com variações climáticas, o PIB tem oscilado entre anos

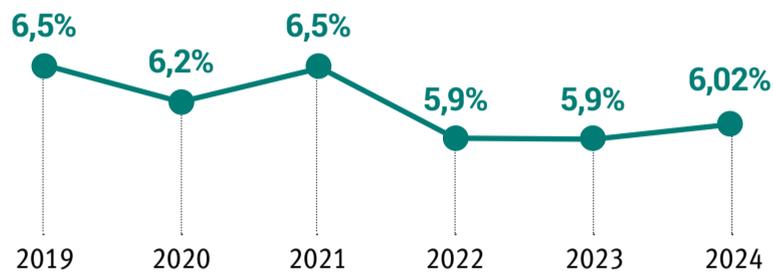
bons e ruins. Mas uma sequência de temporadas com clima adverso tem prejudicado a economia gaúcha, que perdeu uma parte de sua fatia no PIB nacional nos anos 2020.

Entre 2020 e 2024, o PIB gaúcho passou por muitas oscilações. Dos cinco anos sob retrospectiva, apenas o de 2021 pode ser considerado verdadeiramente positivo. Nos demais períodos da série histórica, os valores foram direta e indiretamente impactados por eventos como a pandemia e variações climáticas extremas, incluindo estiagens em 2020, 2022 e 2023, além da enchente de 2024. As sucessivas perdas no campo fizeram o Rio Grande do Sul perder espaço no PIB nacional nos primeiros anos desta década. Enquanto em 2019 o Estado representava uma fatia de 6,5% do PIB brasileiro, em 2020

a fatia caiu para 6,2%. A queda não parou por aí: em seus piores momentos (2022 e 2023) chegou a alcançar 5,9%. Os dados mais recentes, de 2024, mostram uma leve recuperação do RS, chegando a 6,02% do PIB nacional. Os problemas começaram em 2020, com a pandemia causada pela Covid-19 somada a uma estiagem que impactou o agronegócio — cuja cadeia completa representa uma parcela de cerca de 40% do PIB gaúcho, dependendo da metodologia utilizada. O ano de 2021, por sua vez, foi de retomada, especialmente pela reabertura da economia após um ano de intensa preocupação com a pandemia. O crescimento não duraria muito tempo. Em 2022, sob nova estiagem, o PIB gaúcho encolheu: a redução foi de 2,6% em relação ao PIB registrado em 2021.

Participação do Rio Grande do Sul no PIB do Brasil nos últimos anos

FONTE: SPGG-RS/DEE, IBGE



VINNY VANONI / PMPA/DIVULGAÇÃO/JC

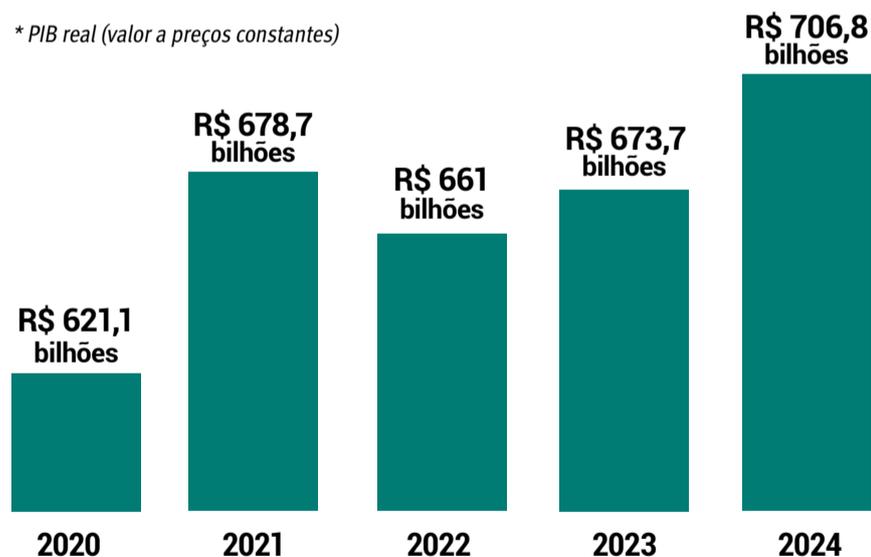


Problemas começaram com a pandemia e se agravaram com a estiagem

Evolução do PIB* nos anos 2020

FONTE: SPGG-RS/DEE, IBGE

* PIB real (valor a preços constantes)



Entre 2020 e 2024, o PIB gaúcho passou por muitas oscilações. Dos cinco anos sob retrospectiva, apenas o de 2021 pode ser considerado verdadeiramente positivo. Nos demais períodos da série histórica, os valores foram impactados por eventos climáticos e pandemia.

A evolução do PIB do Rio Grande do Sul nos anos 2020 (em R\$)

Ano	Valor nominal (a preços correntes)	Valor a preços constantes de 2024 (PIB real)	Varição em relação ao ano anterior
2020	470.941.846.049	621.120.145.155	-7,2%
2021	581.283.677.303	678.754.302.685	9,3%
2022	593.633.656.208	661.023.876.154	-2,6%
2023	645.390.087.451	673.772.841.375	1,9%
2024	706.818.309.044	706.818.309.044	4,9%

FONTE: SPGG-RS/DEE, IBGE

PIB nominal é o valor total de todos os bens e serviços finais produzidos durante um determinado período (geralmente um ano ou um trimestre), calculado a preços correntes, ou seja, aos preços vigentes no próprio período considerado, sem ajuste pela inflação. Ou seja, PIB nominal e PIB a preços correntes é a mesma coisa.

Valor do PIB a valores constantes (também chamado de PIB real) é o valor ajustado pela inflação. Ou seja, é o PIB calculado com base nos preços de um ano-base fixo, para que se possa medir o crescimento real da economia ao longo do tempo.

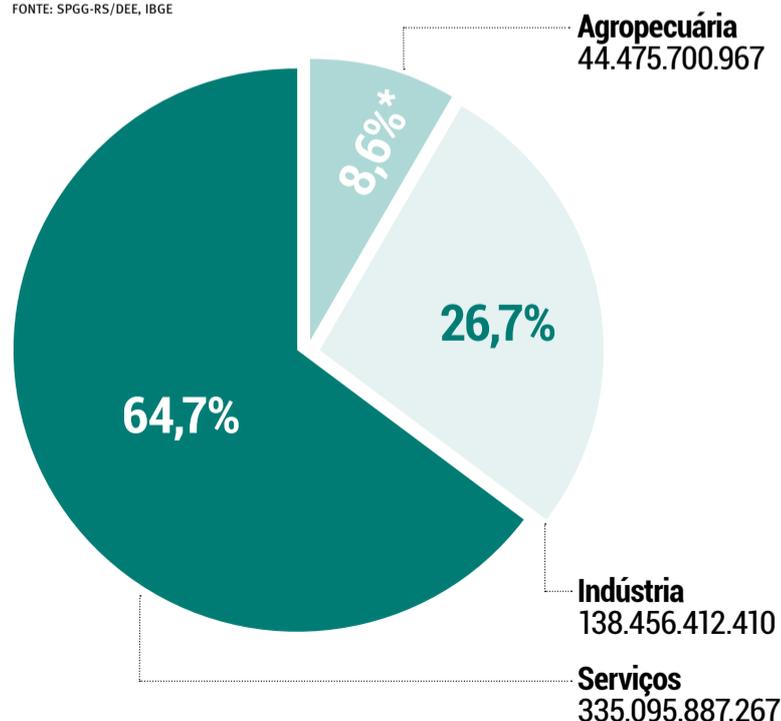
Participação dos setores no PIB de 2022

Valores nominais (dados mais recentes divulgados por setor)

Produto Interno Bruto	593.633.656.208
Impostos	75.605.655.564
Total das atividades	518.028.000.643

Divisão por setores da economia

FONTE: SPGG-RS/DEE, IBGE



* Percentual de 8,6% é específico da atividade agropecuária. O setor do agro é considerado ainda mais importante para o PIB olhando toda a cadeia produtiva, que envolve atividades como, por exemplo, fabricação de máquinas agrícolas, produção de alimentos e bebidas, que entram na contabilidade do setor da indústria. A área de serviços se destaca, assim como no País, como principal responsável pelo PIB do RS.

Conjuntura

PIB mostra recuperação, mas enchente terá impacto

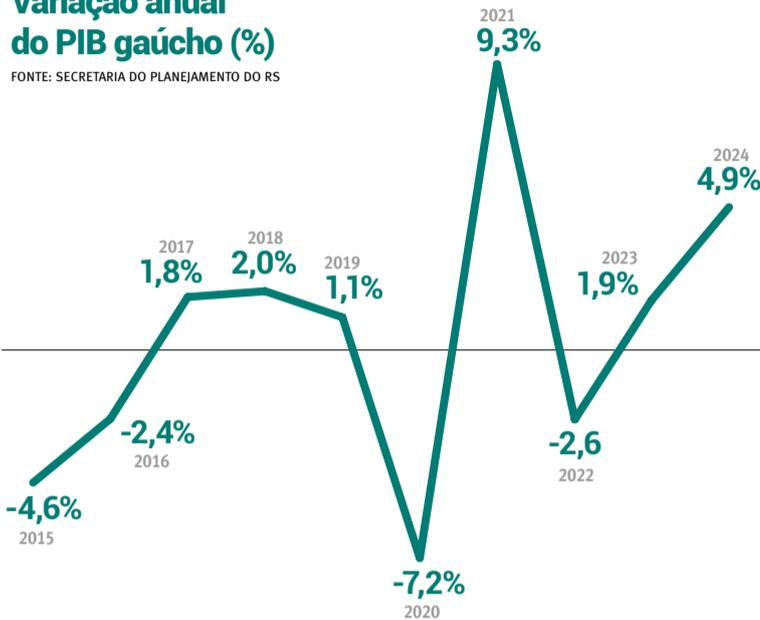
Departamento de Economia e Estatística observa que consequências como perdas e suspensão de operações terão efeito a médio e longo prazos

O ano de 2024 foi marcado pela maior catástrofe climática do Rio Grande do Sul. No mês de maio, enchentes afetaram 471 das 497 cidades gaúchas e, consequentemente, suas economias. Apesar disso, o Produto Interno Bruto (PIB) do RS apresentou um aumento de 4,9% em relação ao de 2023, somando R\$ 706,81 bilhões. O número mostra recuperação do Rio Grande do Sul, mas, de qualquer forma, causa surpresa, considerando as perdas bilionárias em solo gaúcho. Há uma explicação, de acordo com a equipe do Departamento de Economia e Estatística do Estado (DEE-RS): o PIB mede o fluxo de produção, e não capta de forma imediata impactos nas perdas de estoque de capital.

Para o diretor do DEE-RS, o estatístico Pedro Zuanazzi, o PIB não é capaz de medir o estoque perdido. “Um exemplo corriqueiro é de quem teve a casa destruída pela enchente e reconstruiu, seja por auxílio do governo, pegando créditos ou até mesmo se endividando. Isso para o PIB pode até ser positivo, porque aquele valor vai estar entrando no PIB, já que é uma construção nova, que está

Varição anual do PIB gaúcho (%)

FONTE: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO RS



gerando um novo valor. Mas o estoque do que foi perdido não é reduzido do PIB. Então, às vezes, pode dar uma falsa sensação de que está tudo bem”, analisa.

Os valores positivos de 2024 se devem muito ao agronegócio. A perda de estoque, nesse caso, também deve gerar impactos a longo prazo. “Houve muita perda de fertilidade do solo, a água passava e levava embora aquela camada superficial e vários nutrientes. Isso vai diminuir o rendimento médio das produções ou o produtor vai ter que investir mais para repor a fertilidade. E esse é o típico efeito que a gente não vê no ano, mas que vai aparecer nos próximos períodos”, avalia o economista do DEE-RS Martinho Lazzari.



Martinho Lazzari credita resultados ao agronegócio

Região Sul ainda busca reverter as suas dificuldades

Ana Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho é divulgado trimestralmente, os dados municipais são informados com defasagem de alguns anos. O mais recente recorte municipal do PIB é com os dados de 2021. Uma revisão da metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atrasou a divulgação dos números de 2022, que apenas será apresentada no final deste ano.

Mesmo assim, é possível avaliar tendências regionais. Pesquisadores do Departamento de Economia e Estatística (DEE) do Rio Grande do Sul consideram ser possível dividir o Rio Grande do Sul, de uma maneira geral, em duas grandes porções: a parte Centro-Sul e a porção Norte, que forma uma meia lua com Serra, Região Metropolitana e Litoral Norte. Enquanto a parte Norte do Estado apresenta crescimento potencial e indicadores socioeconômicos superiores, a do Sul ainda busca reverter as suas dificuldades.

“Vemos que são dois estados. O desempenho de educação das escolas municipais públicas na Metade Norte do Estado é muito maior que o desempenho das escolas municipais públicas na Metade Sul. Quando pegamos dados de renda, vemos dois estados, diferenças sociais muito grandes. E conseguir reverter isso é algo bem difícil. Existem diversas iniciativas (previstas para o Sul), empresas que estão se instalando, temos a expectativa de que, sim, se possa reverter”, avalia o coordenador do



Zuanazzi destaca que há diferenças sociais nas regiões

DEE-RS, Pedro Zuanazzi.

A Região Norte do RS é uma das que mais aponta crescimento. Isso porque nos últimos 20 anos vem conquistando maior protagonismo no PIB gaúcho. De 2020 a 2021, por exemplo, o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Produção, que engloba 21 cidades da região, cresceu seu PIB em R\$ 6 bilhões, chegando a ocupar uma fatia de 5,4% do PIB do interior gaúcho (excluindo-se, portanto, o Metropolitano do Delta do Jacuí, que engloba Porto Alegre e entorno). “Tem a produção de soja, a indústria de máquinas agrícolas que ficam por ali, tem Passo Fundo, que é uma economia de serviços para atender as pessoas de lá e agora tem a questão dos biocombustíveis, inclusive aqueles que sofrem relativamente menos com o clima, tendo menos variações que a soja. É uma região que tem recebido esses investimentos.”

Mesmo sem você saber, sua vida melhora com o BRDE.

Todos os dias, o BRDE gera benefícios ao seu redor. De toda a Região Sul, ele está presente em mais de 96% dos municípios, apoiando empresas de todos os setores. Para a sua cidade, o banco oferece apoio técnico, linhas de crédito e financiamentos com o programa Município Forte. São projetos e ações que ajudam você a viver melhor e seu município a se desenvolver cada vez mais.



Conheça o programa e áreas de atuação em brde.com.br

BRDE CRÉDITO PARA INOVAR E DESENVOLVER.

Demografia

População das Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste

As 10 maiores populações

Município	População (Censo 2022)
1º Pelotas	325.685
2º Rio Grande	191.900
3º Bagé	117.938
4º Uruguaiana	117.210
5º Santana do Livramento	84.421
6º Alegrete	72.409
7º Camaquã	62.200
8º São Borja	59.676
9º São Gabriel	58.487
10º Canguçu	49.680

Região Sul

Total: 819.462 habitantes
(7,52% da população do RS)

Município	População (Censo de 2022)
Pelotas	325.685
Rio Grande	191.900
Canguçu	49.680
São Lourenço do Sul	41.989
Santa Vitória do Palmar	30.983
Jaguarão	26.603
Capão do Leão	26.487
São José do Norte	25.443
Arroio Grande	17.558
Piratini	17.504
Pinheiro Machado	11.214
Pedro Osório	7.484
Santana da Boa Vista	7.024
Chuí	6.262
Herval	6.191
Morro Redondo	6.046
Cerrito	5.808
Amaral Ferrador	5.310
Tavares	5.212
Turuçu	3.419
Arroio do Padre	2.599
Pedras Altas	2.061

Campanha

Total: 215.447 habitantes
(1,97% da população do RS)

Município	População (Censo de 2022)
Bagé	117.938
Dom Pedrito	36.981
Caçapava do Sul	32.515
Candiota	10.710
Lavras do Sul	7.157
Hulha Negra	5.976
Aceguá	4.170



As Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste concentram **59 municípios do Rio Grande do Sul**. Somadas, essas cidades reúnem pouco menos de **1,8 milhão de habitantes**, (1.799.629) o que equivale a **16,44% da população do Estado**, de acordo com o Censo de 2022, dado mais recente divulgado pelo IBGE.

As **quatro microrregiões deste recorte do Mapa registraram queda de população em relação a 2010**, data do levantamento anterior realizado pelo IBGE.

Fronteira Oeste

Total: 509.159 habitantes
(4,67% da população do RS)

Município	População (Censo de 2022)
Uruguaiana	117.210
Santana do Livramento	84.421
Alegrete	72.409
São Borja	59.676
São Gabriel	58.487
Rosário do Sul	36.630
Itaqui	35.768
Quaraí	23.500
Manoel Viana	6.801
Maçambará	4.425
Barra do Quaraí	4.241
Itacurubi	2.995
Santa Margarida do Sul	2.596

Centro-Sul

Total: 245.561 habitantes
(2,25% da população do RS)

Município	População (Censo de 2022)
Camaquã	62.200
Charqueadas	35.012
São Jerônimo	21.028
Butiá	19.084
Tapes	14.695
Arroio dos Ratos	14.601
Dom Feliciano	13.051
Barra do Ribeiro	12.225
Cerro Grande do Sul	9.178
Minas do Leão	7.505
Cristal	7.299
Barão do Triunfo	5.889
Sertão Santana	5.863
Sentinela do Sul	5.306
Chuívisca	4.597
Arambaré	4.112
Mariana Pimentel	3.916

No Sul do RS, o biofuturo chega pelas águas.

A Zona Sul é uma região fundamental para o crescimento estratégico da CMPC no estado. E esse progresso passa pela valorização dos recursos naturais - especialmente a água.

É a partir dela que criamos um sistema logístico eficiente e sustentável. A CMPC utiliza a hidrovia da Lagoa dos Patos para conectar as zonas Sul e Metropolitana do Rio Grande do Sul. Carregamos madeira pelo Porto de Pelotas até nossa unidade industrial, em Guaíba, e levamos celulose rumo ao Porto de Rio Grande para ser enviada ao mundo todo.

Num circuito abastecido por barcaças, evitamos que ocorram 100 mil viagens de caminhão por ano, o que diminui a emissão de carbono e minimiza o risco de acidentes nas estradas.

Com a CMPC, o biofuturo já chegou na Zona Sul.

cm^{pc}  **VIVA**
o **NATURAL**

Trabalho

Parte Sul do RS avança pouco em emprego formal

Crescimento foi registrado nas Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste nos dados sobre mercado de trabalho entre 2024 e 2025

Os 10 maiores estoques de emprego

Município	Estoque abril 2024	Estoque de empregos (abril 2025)
1º Pelotas	64.467	66.333
2º Rio Grande	40.761	43.059
3º Uruguaiana	20.609	20.739
4º Bagé	17.957	18.445
5º Santana do Livramento	14.040	14.217
6º Alegrete	12.851	13.077
7º Camaquã	11.300	11.558
8º São Borja	11.121	11.497
9º São Gabriel	9.385	9.485
10º Itaqui	7.488	7.715

FONTES: CAGED E DEE/RS

Um panorama das vagas de trabalho

■ As maiores cidades de cada região possuem variação positiva no estoque de empregos.

■ As Regiões Sul e Fronteira Oeste concentram a maior parte do estoque de empregos da macrorregião e incluem as três cidades com o maior estoque de empregos.

■ A Região Sul, embora concentre o maior volume de empregos, teve pouca variação no estoque de vagas formais entre abril de 2024 e abril de 2025. Um dos motivos para a estagnação pode estar ligado ao setor industrial, que sofreu uma baixa nos empregos formais, especialmente em São José do Norte.

■ A Região da Fronteira Oeste teve um crescimento de 2,83%, um pouco acima da média estadual, que foi de 2,45%. A Campanha e o Centro-Sul tiveram um crescimento abaixo do Rio Grande do Sul, mas com índices semelhantes aos do Estado, sendo, respectivamente, de 2,22% e 2%.



Região Sul

147.776 vagas formais de emprego em abril de 2025 (alta de 0,79% em relação ao estoque de 2024)

Cidade	Estoque abril 2024	Estoque abril 2025	Variação
Pelotas	64.467	66.333	2,8%
Rio Grande	40.761	43.059	5,6%
Santa Vitória do Palmar	6.062	5.923	-2,2%
São Lourenço do Sul	5.126	5.182	1%
Canguçu	4.444	4.546	2,2%
Jaguarão	4.025	4.042	0,4%
Capão do Leão	3.778	3.661	-3%
São José do Norte	6.170	3.113	-49,5%
Arroio Grande	2.458	2.409	-1,9%
Piratini	2.312	2.259	-2,2%
Chuí	1.875	1.934	3,1%
Pedro Osório	1.111	1.231	10,8%
Pinheiro Machado	1.157	1.221	5,5%
Morro Redondo	514	512	-0,3%
Herval	477	478	0,2%
Santana da Boa Vista	401	381	-4,9%
Turuçu	342	361	5,5%
Tavares	359	350	-2,5%
Cerrito	263	281	6,8%
Pedras Altas	237	234	-1,2%
Amaral Ferrador	141	140	-0,7%
Arroio do Padre	132	126	-4,5%

Campanha

37.542 vagas formais de emprego em abril de 2025 (alta de 2,22% em relação ao estoque de 2024)

Cidade	Estoque abril 2024	Estoque abril 2025	Variação
Bagé	17.957	18.445	2,7%
Dom Pedrito	6.661	6.687	0,3%
Caçapava do Sul	5.679	5.764	1,4%
Candiota	2.419	2.521	4,2%
Hulha Negra	2.000	2.092	4,6%
Aceguá	1.065	1.091	2,4%
Lavras do Sul	948	942	-0,6%

Fronteira Oeste

88.756 vagas formais de emprego em abril de 2025 (alta de 2,83% em relação ao estoque de 2024)

Cidade	Estoque abril 2024	Estoque abril 2025	Variação
Uruguaiana	20.609	20.739	0,6%
Santana do Livramento	14.040	14.217	1,2%
Alegrete	12.851	13.077	1,7%
São Borja	11.121	11.497	3,3%
São Gabriel	9.385	9.485	1%
Itaqui	7.488	7.715	3%
Rosário do Sul	5.644	5.666	0,3%
Quaraí	3.431	3.612	5,2%
Barra do Quaraí	878	868	-1,1%
Manoel Viana	739	724	-2%
Maçambará	530	503	-5%
Santa Margarida do Sul	461	416	-9%
Itacurubi	247	237	-4%

Centro-Sul

37.080 vagas formais de emprego em abril de 2025 (alta de 2% em relação ao estoque de 2024)

Cidade	Estoque abril 2024	Estoque abril 2025	Variação
Camaquã	11.300	11.558	2,2%
Butiá	3.406	3.627	6,4%
São Jerônimo	3.265	3.336	2,1%
Barra do Ribeiro	2.761	2.509	-9,1%
Tapes	1.888	1.845	-2,2%
Arroio dos Ratos	1.482	1.523	2,7%
Minas do Leão	1.203	1.261	4,8%
Cristal	1.047	1.118	6,7%
Cerro Grande do Sul	845	869	2,8%
Dom Feliciano	757	757	0%
Sertão Santana	624	642	2,8%
Sentinela do Sul	463	533	15,1%
Arambaré	503	482	-4,1%
Barão do Triunfo	280	282	0,7%
Mariana Pimentel	230	258	12,1%
Chuívisca	178	197	10,6%

FONTES: CAGED E DEE/RS

Trabalho

Sul está abaixo da média do RS na criação de empregos

Embora a variação seja positiva, crescimento foi tímido de 2024 a 2025

Ana Stobbe

Entre os desafios da Região Sul do Estado para o seu desenvolvimento econômico, está a dificuldade em criar oportunidades de empregos. Durante evento de abertura da terceira temporada do Mapa Econômico do RS, realizado em Bagé, no dia 5 de junho, o prefeito Luiz Fernando Mainardi destacou esse como um empecilho para evitar o êxodo populacional.

Os dados oficiais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) confirmam a percepção do prefeito:

embora a variação no estoque de empregos regional tenha sido positiva, ela ainda está abaixo da média estadual.

O Rio Grande do Sul conseguiu ampliar as oportunidades de vagas formais de trabalho em 2,45% entre abril de 2024 e abril de 2025, conforme o mais recente Boletim do Trabalho produzido pelo Departamento de Economia e Estatística do Estado (DEE-RS).

As Regiões Sul, Campanha, Fronteira Oeste e Centro-Sul somadas representam uma variação de 1,31%.

A expansão da Metade Sul do Estado é puxada por algumas das cidades mais populosas de cada Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede). Rio Grande, São Borja e Pelotas,

por exemplo, conseguiram ampliar mais as oportunidades do que o Estado. “Dentro dessa perspectiva dos maiores municípios, não é uma região que esteja demonstrando uma crise ou uma insuficiência de dinamismo sistemicamente”, avalia o pesquisador do DEE-RS, Guilherme Sobrinho.

Na Região Sul, Pelotas e Rio Grande lideram no estoque de empregos formais em abril de 2025, com, respectivamente, 66.333 e 43.059 postos de trabalho. Na Campanha, o destaque é Bagé, que contabiliza 18.445 empregos. Já na Fronteira Oeste puxam a frente os municípios de Uruguaiana (20.739 empregos formais) e Santana do Livramento (14.217). No Centro-Sul, Camaquã lidera, com 11.558 postos



Bagé tinha 18.445 vagas formais de trabalho em abril de 2025

de trabalho.

O número é derrubado por índices negativos em outros municípios, principalmente em São José do Norte, que perdeu quase 50% do estoque de empregos. A variação pode ser explicada, em parte, pelo Estaleiro EBR, que impacta nas oportunidades do setor industrial. “A indústria de embarcações está concentrada quase 100% em São José do Norte”, explica Sobrinho.

Há discrepâncias entre a

Região Sul e outras partes do Estado. Na maioria do território gaúcho, a construção civil teve um boom de empregos, mas recuou na região que abrange parte da Campanha e da Fronteira Oeste.

Na agropecuária, todo o Estado passou por dificuldades na geração de empregos, mas a parte Sul foi a mais atingida. O catalisador pode ter sido a repetição dos problemas climáticos como a estiagem severa.

CONECTANDO TALENTOS ao futuro da sua empresa

O CIEE-RS está com você para transformar o recrutamento e conectar sua empresa aos melhores talentos.

Por que escolher o CIEE-RS?

Plataforma moderna: simplifique processos de recrutamento e encontre perfis ideais com ferramentas personalizadas.

Teste comportamental: avalie candidatos com assertividade para identificar os melhores talentos.

Suporte especializado: Suporte especializado: equipe dedicada para apoiar sua empresa em todas as etapas.

Benefícios reais para sua empresa:

Redução de custos operacionais no processo seletivo.

Acesso a jovens qualificados e engajados.

Parceria estratégica para o crescimento sustentável.

CIEE
RS



in cieee-rs

@cieers

@ciee_rs

Irrigação

Barragens devem potencializar produção agrícola

Projetos de infraestrutura vão permitir que irrigação avance na Campanha, impulsionando culturas

Eduardo Torres

No ano seguinte à maior cheia da história do Rio Grande do Sul, o desafio para os produtores agrícolas mais uma vez é a estiagem. Na Região da Campanha, a expectativa é de que, nos próximos meses, tenham reinício as obras para erguer a barragem do Arroio Taquarembó, que criará um imenso reservatório para possibilitar o cultivo irrigado na região para onde aponta a expansão agrícola, especialmente de soja.

A rotina de estiagens e cheias, no limite da segurança hídrica para a produção agrícola, mexe com os números da economia gaúcha. Depois de uma alta de quase 10% no PIB do Estado em 2021, quando se verificou uma supersafra de soja, em 2022, com escassez de água, o ritmo da economia gaúcha caiu. Conforme o IBGE, com um PIB de R\$ 593,6 bilhões em 2022 (em valores atualizados, R\$ 661 bilhões), o Rio Grande do Sul apresentou a maior retração entre os estados.

Os dados oficiais do PIB municipal de 2022 ainda não foram divulgados para se perceber a consequência nas economias locais, que devem ter sido impactadas, já que o resultado negativo está diretamente relacionado aos resultados agropecuários. O Valor Adicionado Bruto Agrícola

Principais municípios irrigantes por aspersão

- ▶ São Borja (1º no RS)
- ▶ Itaqui (3º no RS)
- ▶ Dom Pedrito (7º no RS)

Principais municípios irrigantes por inundação (arroz)

- ▶ Uruguaiana (1º no RS)
- ▶ Santa Vitória do Palmar (2º no RS)
- ▶ Itaqui (3º no RS)
- ▶ Alegrete (4º no RS)
- ▶ Camaquã (5º no RS)

FONTE: SECRETARIA ESTADUAL DA AGRICULTURA DO RS (2024)



Barragem do Arroio Taquarembó, em Dom Pedrito, criará um imenso reservatório para possibilitar o cultivo irrigado na Região da Campanha

teve variação de -42,9% depois da supersafra anterior.

A resposta ao problema é o investimento em irrigação. E a perspectiva agora é de que a barragem esteja pronta nos primeiros meses de 2027. Atualmente, só 3% da área total de soja no Estado é cultivada com irrigação. Conforme a Secretaria Estadual da Agricultura e Irrigação do Rio Grande do Sul, a produtividade nas áreas irrigadas de soja chegou a ser 23% superior às demais. Uma relação que também é observada no cultivo do arroz, bastante destacado entre a Campanha, a Fronteira Oeste e o Sul do RS. Neste caso, a produtividade em áreas irrigadas chega a ser três vezes maior.

A barragem, que teve o início das obras em 2009, mas teve a construção paralisada diversas vezes até 2017, quando cessou definitivamente, fica em Dom Pedrito. Na cidade, conforme dados do IBGE, está a maior área plantada de soja no Rio Grande do Sul, com 160 mil hectares em 2023, e também a maior produção do grão, com 367,5 mil toneladas colhidas.

“O tamanho do benefício que Taquarembó garantirá para Dom Pedrito e região é incalculável. Mesmo sendo hoje o maior produtor de soja do Rio Grande do Sul, ainda temos muita área propícia para plantar, mas todos os anos enfrentamos o mesmo dilema, porque a segurança hídrica está no limite, e o produtor precisa de tranquilidade para plantar e investir. Com a barragem, acredito que esse ambiente será muito mais favorável”, diz

o prefeito de Dom Pedrito, Diego da Rosa Cruz.

A estimativa dos produtores locais é de que, com a barragem, será possível um incremento de pelo menos 30% na produção. Uma realidade que também se observa na cultura do arroz, que já foi o principal produto de Dom Pedrito e hoje ocupa 48 mil hectares. “O crescimento da área de soja foi muito grande nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo em que houve a redução da área de arroz. É uma relação que pode ser mais equilibrada se não dependermos somente da chuva”, avalia o prefeito.

A assinatura do contrato pelo governo do Estado junto ao consórcio das empresas Sultepa e Bourscheid Engenharia que vai tocar a obra aconteceu ainda em 2024, mas somente em fevereiro deste ano, após ultrapassados entraves judiciais, foi possível tornar este contrato concreto, com investimento de R\$ 151 milhões – R\$ 88,6 milhões do Estado, por meio do Fundo de Recursos Hídricos, e R\$ 62,3 milhões do governo federal.

Ao todo, desde o seu início, em 2009, a estrutura terá absorvido R\$ 251 milhões. A barragem está com 58% da obra executada.

Até maio, o projeto seguia em fase de contratação de pessoal, que deve chegar a 400 trabalhadores, ainda sem movimentação no canteiro de obras.

Faltam finalizar as construções de três diques, a conclusão do barramento, a ponte sobre o Arroio Taquarembó e o complemento dos programas ambientais. A barragem terá 350 metros de comprimento e 34 metros de altura, o equivalente a um prédio de 11 andares, e uma área de inundação, com o volume total de 116 milhões de metros cúbicos, equivalente a 1.240 campos de futebol.

Sistema inclui Barragem de Jaguari, em São Gabriel

A barragem Taquarembó funcionará como parte fundamental de um sistema mais complexo, que inclui a Barragem de Jaguari, de terra e com altura máxima de 25 metros. Essa, com 80% da obra já executada, é erguida em São Gabriel, na Fronteira Oeste, onde está a terceira maior área cultivada de soja no Estado – 136 mil hectares – e a segunda maior safra do grão, 262,4 mil toneladas.

Somadas, a expectativa é de que as duas estruturas garantam irrigação para 117 mil hectares. Além de São Gabriel e Dom Pedrito, o sistema atenderá Lavras do Sul, Cacequi, Rosário do Sul e Santana do Livramento.

O cronograma da empresa Sultepa prevê a conclusão das obras de Jaguari no início de

2026. Estado e União já aportaram R\$ 205 milhões neste projeto, também iniciado em 2009. Além de soja, arroz e milho, também serão beneficiadas culturas como a da

uva, em expansão na região, e dos cítricos. E ainda o abastecimento público, com uma estimativa de 240 mil pessoas beneficiadas na Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria.



Barragem de Jaguari fica entre São Gabriel e Lavras do Sul

Indústria

Dom Pedrito quer processamento de grãos no município

Além de fortalecer a agricultura da região com irrigação, a partir da instalação de barragens, localidade quer verticalizar a produção na indústria

Eduardo Torres

A partir da maior segurança para a agricultura com irrigação após a conclusão da Barragem de Taquembó, Dom Pedrito avança nos planos de incrementos na economia. Produtores de soja da região ampliam o movimento para atrair às Regiões da Campanha e Fronteira Oeste indústrias de processamento do grão.

A ideia de verticalizar a produção também é defendida em Bagé, como mostrou painel do Mapa Econômico do RS.

Dom Pedrito arrecada mais com a produção de arroz justamente pela cadeia produtiva ampliada. “Temos aqui indústrias como a Camil e a Josapar, que agregam valor à produção rural e garantem este retorno maior em impostos. Essa é uma das nossas apostas, inclusive com a facilitação na legislação para atração de indústrias”, explica o prefeito de Dom Pedrito, Diego da Rosa Cruz.

Nos últimos três anos, 30 novas empresas ligadas ao agro se instalaram ao longo da rodovia BR-293, entre elas representações da John



PREFEITURA DE DOM PEDRITO/DIVULGAÇÃO/JC

Nos últimos anos, 30 novas empresas ligadas ao agro se instalaram próximo à cidade, ao longo da BR-293

Deere e da 3tentos. Segundo o prefeito, os investimentos públicos estão concentrados em garantir melhor infraestrutura para quem produz. São R\$ 10 milhões desembolsados neste ano em melhorias nas estradas. Ao todo, 2,8 mil quilômetros são fundamentais tanto do pré como no pós

colheita. Em conjunto com São Gabriel, há mobilização para a federalização dos 38 quilômetros da RS-630, que liga os dois municípios, entre as BRs 293 e 290.

“Com uma infraestrutura melhor, podemos também vender melhor a imagem do nosso município e da região. E o

enoturismo, por exemplo, tem um potencial incrível. A Vinícola Guatambu bota 12 mil pessoas ao ano lá com o turismo. E isso precisa ser potencializado.”

Cruz tem buscado parcerias com redes hoteleiras para garantir a estrutura e atender a demanda por negócios, crescente durante os dias de semana.

Industrial defende verticalização da produção de soja na Campanha

Ana Stobbe

Em consonância com painelistas e autoridades presentes no primeiro evento da edição de 2025 do Mapa Econômico do RS, realizado em Bagé no dia 5 de junho, o diretor da Cerealista Coradini, Valmor Coradini Junior, defende a verticalização da produção na Região da Campanha. De acordo com ele, a expansão da fronteira agrícola no local pode fomentar o desenvolvimento regional, mas é necessário investir na indústria

de transformação dos grãos.

“Defendo fazermos com a soja o que fazemos com o arroz, que é verticalizar. Ou seja, produzimos o arroz, industrializamos e já vendemos ele industrializado. Já a soja é vendida toda em grãos. Apoio começarmos a vender os produtos oriundos da soja, como o óleo degomado, o farelo e a casquinha; e irmos até a ponta para comercializar o óleo industrializado. E o primeiro passo é a industrialização da soja, o esmagamento

dela. Nós já temos a produção (dos grãos), mas não temos ninguém industrializando na Metade Sul”, avalia.

Para o empresário, é importante criar oportunidades a partir das matrizes produtivas já existentes. “Eu não vejo outra saída para a Metade Sul, temos que melhorar o que já fazemos aqui, o que já se adaptou e que já possui produção própria”, acrescenta. Coradini considera que, embora não atingida pelas enchentes de 2024, a Região da Campanha

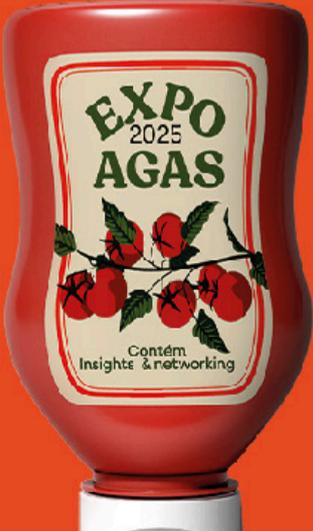
precisa investir em irrigação para reverter os prejuízos das sucessivas estiagens vivenciadas nos últimos anos.

O prefeito de Bagé, Luiz Fernando Mainardi, acredita que a verticalização da economia pode sanar a dificuldade em gerar novas oportunidades locais. “Precisamos produzir grãos, sim. Mas também precisamos transformar os grãos, assim como o arroz é transformado na região, sendo processado e industrializado”, avalia Mainardi.



ACERVO PESSOAL/DIVULGAÇÃO/JC

Coradini aposta na indústria de transformação de grãos



TÁ NA VIDA, TÁ NO SUPER, TÁ NA EXPOAGAS.

19 A 21 DE AGOSTO
FIERGS | PORTO ALEGRE



PATROCÍNIO GLOBAL



COPATROCÍNIO



REALIZAÇÃO



APOIO



Agronegócio

Tradição do gado e plantio de soja avançam

Tradicionais produtoras de carne bovina, regiões da Campanha e Fronteira Oeste recebem o avanço da oleaginosa

Eduardo Torres

Entre a Campanha e a Fronteira Oeste estão algumas das maiores áreas de plantio de soja atualmente no Rio Grande do Sul. Dados de 2023 mostram que Dom Pedrito, na Campanha, registrou a maior área plantada do Estado, com 160 mil hectares (5,6% a mais do que no ano anterior), e também o maior volume colhido de soja gaúcha, com 367,5 mil toneladas.

Entre os 10 municípios com maior produção da soja, quatro já são das duas regiões. Um avanço produtivo que, durante muito tempo, conflitou com a vocação da região na pecuária. Áreas de pasto, pela rentabilidade, deram lugar à lavoura de soja.

Uma realidade que, a partir de pesquisa da Embrapa, tem mudado e garantido ganhos em qualidade e preço aos pecuaristas. É o caso do Francisco Guimarães Silveira, na sua Estância das Acácias, em Aceguá, na Campanha Gaúcha, que desde 2009 começou a experimentar a produção integrada entre a soja e a pecuária em uma mesma área.

“Começou como uma alternativa, porque estávamos enfrentando problemas com uma espécie invasora no pasto, que precisava ser controlada. A soja, além de representar uma nova renda, poderia limpar o solo. Hoje, temos garantido maior ganho de peso no novilho e ainda os recursos da safra de soja, são duas rendas no ano”, conta o produtor.

A produção integrada, neste caso, significa, resumidamente, que, enquanto acontece a safra da soja, o gado está em outra área de pasto. E antes que a safra seja colhida, já é plantado no mesmo solo um novo pasto. O resultado é a garantia de cobertura de solo, rotatividade e a entrada do gado para uma área já coberta pelo novo pasto.

Segundo Silveira, antes da integração, o período de primavera/verão era a temporada de ganho de peso dos animais.



Produção integrada ajuda a combater espécies invasoras no solo e contribui para o ganho de peso do gado

Depois, havia perda de peso durante o inverno.

“Parou o efeito sanfona no gado, e isso representa maior qualidade na carne que vamos produzir. Hoje, tenho conseguido ganhar uma média que chega a 800 gramas por animal anualmente, e a nossa meta é chegar a 1 quilo. Considerando a relação de peso por hectare, antes não chegávamos, no ano, a garantir 90 quilos por hectare. Hoje, chega a 300 quilos por hectare no inverno”,

Produção de soja nas Regiões Sul, Campanha e Fronteira Oeste

Maiores áreas por município

- 📍 Dom Pedrito 160 mil hectares (1º no RS)
- 📍 São Gabriel 136 mil hectares (3º no RS)
- 📍 Alegrete 100 mil hectares (7º no RS)
- 📍 São Borja 98 mil hectares (8º no RS)
- 📍 Santana do Livramento 75 mil hectares (13º no RS)

Maiores produções por município

- 📍 Dom Pedrito 367,5 mil toneladas (1º no RS)
- 📍 São Gabriel 262,4 mil toneladas (2º no RS)
- 📍 Santana do Livramento 180 mil toneladas (7º no RS)
- 📍 Santa Vitória do Palmar 173,5 mil toneladas (10º no RS)
- 📍 Rosário do Sul 162 mil toneladas (12º no RS)

explica Francisco Silveira.

Tradicionalmente, a propriedade fazia o ciclo completo do gado até o abate. Hoje, a Estância das Acácias se especializou na engorda e na venda de novilhos jovens, com até dois anos. Uma especialização que, garante o produtor, só foi possível com a melhora do pasto.

A propriedade compra o terneiro devidamente rastreado e se encarrega do trato até o envio ao frigorífico. Economicamente, em média, o produtor garante estar ganhando em torno de 10% a mais no preço do novilho após toda a transformação na sua produção. Metade deste ganho é resultado da relação entre gordura e idade do animal.

Somente em Aceguá, conforme o IBGE, em 2023 o rebanho chegava a 105,5 mil cabeças de gado. Entre a Campanha e a Fronteira Oeste, justamente onde estão as maiores áreas de plantio de soja, está concentrado um terço do rebanho gaúcho, com pouco mais de 4 milhões de animais. O maior rebanho é concentrado em Alegrete, com 572,8 mil cabeças, um volume que tem se mantido estável nos últimos anos.

“Os produtores da região já começam a adotar algumas melhorias no manejo do solo para essa integração, com a rotação mais curta entre a soja e o azevém. Temos desenvolvido pesquisas para garantir, geneticamente, grãos de soja adequados ao solo trabalhado pelo gado. É algo que leva

um pouco mais de tempo para desenvolvimento, por isso, a integração por enquanto tem garantido maiores ganhos na pecuária, no peso dos animais e uma estabilidade na soja”, aponta o pesquisador da Embrapa Pecuária Sul, Naylor Perez.

Ele comanda nos últimos três anos o projeto Integra Pampa a partir do campo experimental de 300 hectares da entidade em Bagé, em uma parceria com a Associação dos Agricultores da Campanha (Agricampanha), que conta com mil produtores da região. Um ciclo, como comenta Perez, ainda curto, mas já possível para demonstrar que há uma relação ganha-ganha nesta integração, que é feita com grãos, mas também avança na relação entre o plantio florestal e a pecuária.

“Há uma perspectiva de avanço na silvicultura nesta região do Estado, então, temos desenhado sistemas para preservar áreas de pasto nessas propriedades, unindo a produção florestal à do gado, com sistemas de longo prazo. Estamos avaliando materiais arbóreos e árvores que se adaptam melhor. A presença do gado pode, inclusive, aumentar a fertilidade desse solo”, diz o pesquisador.

A estimativa é de que em até 50% das áreas produtivas na Campanha já se adota algum tipo de integração. E há potencial, assegura Naylor Perez, para ampliar muito mais.

Além dos ganhos econômicos, essa relação entre o gado e os grãos ou a floresta pode render aos produtores locais mais pontos no desenvolvimento de uma marca conceito para a carne de baixo carbono.

“Especialmente na relação com a floresta, o impacto ambiental do gado é neutralizado localmente. Por isso, temos avançado na pesquisa para termos o gado entre as árvores, e não somente próximos aos matos florestais”, aponta.

E se para o Francisco Silveira, que era pecuarista, a integração com a soja lhe garantiu ganhos no gado e na renda, o avanço da integração enfrenta uma necessidade de mudança cultural na relação inversa: dos produtores de soja em relação ao gado. Por ser uma região de expansão da cultura da soja, boa parte das lavouras do grão são arrendadas em propriedades locais e de responsabilidade de produtores que não são familiarizados com a cultura da pecuária.

“É um processo de mudança de cultura. Encontrar um meio termo para que eles entendam a vantagem da integração. Porque não é só a pecuária que ganha. Por exemplo, o pecuarista extensivo vê, muitas vezes, no arrendamento de área para a soja uma oportunidade, mas o que verificamos é que, sem a integração, até mesmo as áreas possíveis de plantio da soja são subutilizadas. É possível avançar sem reduzir a área do gado, com o manejo adequado e com ganhos ao solo”, avalia o especialista.

Produção pecuária nas Regiões da Campanha e Fronteira Oeste

Os maiores rebanhos por município

- Alegrete 572,8 mil cabeças (1º no RS)
- Santana do Livramento 528,8 mil cabeças (2º no RS)
- Uruguaiana 368,1 mil cabeças (3º no RS)
- Dom Pedrito 330,4 mil cabeças (4º no RS)
- Rosário do Sul 311,7 mil cabeças (5º no RS)
- Quaraí 254,05 mil cabeças (6º no RS)
- Bagé 243,1 mil cabeças (7º no RS)

Agronegócio

Cadeia do arroz avança para agregar valor ao produto

Aquecimento do mercado no Rio Grande do Sul é visto com alta nas exportações do produto

Eduardo Torres

Um ano após as cheias, com a recuperação de solos e retomada das safras, o momento, em 2025, é de aquecimento do mercado para o arroz gaúcho. Entre janeiro e abril, a exportação de arroz com casca, bruto, teve um aumento de 368% em relação ao mesmo período do ano passado. Somados, o arroz bruto e o arroz sem casca ou polido gaúchos movimentaram US\$ 126 milhões nas vendas ao exterior nos primeiros quatro meses do ano, representando em torno de 2% das exportações gaúchas no período.

O gráfico, mesmo positivo, aponta para engenhos e empresas relacionadas com a cultura do arroz a oportunidade de avançar em relação ao valor agregado na produção. Mesmo com uma queda de 41% em relação ao que era exportado no último ano, o grão descascado, polido ou com outro tratamento industrial gerou US\$ 73,7 milhões ao Estado – 42% a mais do que os US\$ 52,3 milhões movimentados com a alta do arroz bruto.

É neste espaço que a Irgovel, empresa com mais de 50

anos de atuação em Pelotas, tem crescido.

Se a casca do arroz vira gerador de energia e solução sustentável para os produtores, o destino do farelo, que é o que sobra dos engenhos após o polimento dos grãos, pode ser bem mais lucrativo. “A Irgovel foi pioneira com a produção de óleo refinado de arroz e farelo, em um primeiro momento, para a nutrição animal, mas temos avançado muito na pesquisa para os usos do arroz e, por consequência, temos ganhado mercados com isso. Estamos falando de 8% do peso total de um grão de arroz, que antes iria fora. Em Pelotas, onde se concentra o maior volume de engenhos do Estado, temos uma disponibilidade de 500 mil toneladas de farelo por ano”, explica o presidente da Irgovel, Gilmar Pretto.

A mais recente linha de pesquisa desenvolvida pela empresa, em parceria com o IFSul,

a Furg e a UFPel, é o desenvolvimento da proteína de arroz, com um possível novo produto para o mercado fit. É que o maior valor nutricional, e especialmente de proteínas, fica entre a casca e o grão do arroz. Após a extração do óleo, é obtido o farelo magro. O trabalho da indústria, que acaba funcionando como um laboratório, é o de desbloquear o valor nutricional que eles têm a partir disso.

No mercado interno, a Irgovel é considerada uma indústria de ingredientes, ou componentes para outros produtos, desde o óleo e farelo para indústrias de nutrição animal, até a lecitina, que é base para a indústria alimentícia, e produtos para a indústria de limpeza. No externo, a empresa já tem 20% do seu faturamento garantido pelas exportações e um potencial de crescimento ainda a ser explorado.

“A qualidade do arroz daqui é muito reconhecida



Irgovel foi pioneira com produção de óleo refinado de arroz e farelo

internacionalmente. Estamos trabalhando para transformar essa qualidade em potencial tecnológico. Há dois anos, visitei clientes no Japão e o que se faz lá a partir do arroz é impressionante. Da indústria de cosméticos aos fármacos. Mas estamos evoluindo”, garante.

Com uma planta industrial de 50 mil metros quadrados, Pretto garante ter ali uma das maiores capacidades industriais do setor no Brasil. E a matéria-prima quase 100% vinda de Pelotas – que tem 42% das suas exportações representadas pelo arroz. A produção é dividida em quatro produtos básicos: óleo de arroz, que já foi a marca própria Carreteiro e hoje é fornecido a outras empresas; farelo peletizado para nutrição animal; farelo para consumo humano, destinado a indústrias de massas, biscoitos e até embutidos; lecitina de arroz, com a única produção na América Latina, destinada para produção, por exemplo, de sorvete, leite em pó e

Maiores indústrias de arroz nas Regiões Sul, Campanha e Fronteira Oeste

- Camil Alimentos
- Josapar
- Pirahy Alimentos
- Arrozeira Pelotas
- Urbano Agroindustrial

FONTE: IRGA 2023/2024

achocolatados. E há planos de uma nova planta, dedicada à produção de proteínas.

“No último ano, recebemos o selo verde pela produção 100% circular, porque tudo é utilizado, sem geração de resíduos”, garante. Da casca do arroz, a empresa gera vapor para movimentar a produção, e as cinzas que sobram são destinadas à agricultura familiar no Sul do Estado. E até o que sobra do refino do óleo tem destino para produção de lubrificantes, produtos de limpeza e tratamento em curtumes.

Maiores produtores de arroz nas Regiões da Campanha e Fronteira Oeste

Município	Área plantada	Produção
Uruguaiana	72,2 mil hectares	663,8 mil toneladas
Santa Vitória do Palmar	66,6 mil hectares	650,4 mil toneladas
Itaqui	57,2 mil hectares	430,2 mil toneladas
Alegrete	50,5 mil hectares	404,6 mil toneladas
Dom Pedrito	36,06 mil hectares	306,8 mil toneladas

FONTE: IRGA

Avança a geração de luz a partir das cascas do cereal na Campanha, Sul e Fronteira Oeste

Com um investimento de R\$ 65 milhões, no segundo semestre de 2026 deve entrar em operação uma nova usina termelétrica. Mas, diferente das usinas térmicas com alto potencial poluidor, esta, que vai operar em Uruguaiana, na Fronteira Oeste, é uma solução ambiental tanto ao setor agrícola quanto ao energético. A energia será gerada a partir de cascas de arroz.

“É um projeto quase sem impacto ambiental. A queima da casca de arroz na caldeira é incomparavelmente mais simples do que uma termelétrica tradicional ou hidrelétrica. Nosso projeto é mitigador de danos, muito viável pela disponibilidade da

biomassa, e com um custo muito razoável e abaixo de outras biomassas. Todos os fornecedores, por exemplo, estão a 1 quilômetro da usina. É um projeto voltado à geração distribuída direta ao mercado”, explica o CEO da Nova Participações, José Antunes Sobrinho, que lidera o projeto.

A cinza resultante da queima do arroz também terá destinação como matéria-prima na construção civil, cerâmica, indústria química e até fabricação de células fotovoltaicas. O projeto não é exatamente uma novidade na região. Entre as regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul, são pelo menos dez usinas com geração de energia a partir

da queima de cascas de arroz. Um processo que começou por São Borja, em 2012, com capacidade de geração de 12 MW. Foi a primeira a vender a energia gerada ali para o mercado livre.

Somente a Fronteira Oeste concentra, conforme os dados da safra de 2024, 30% da área plantada e da produção gaúcha de arroz – 663,1 mil toneladas colhidas em 72,2 mil hectares em 2024 só em Uruguaiana. A estimativa da Nova Participações é de uma geração de 1 milhão de toneladas de cascas de arroz por ano no município da Fronteira. Na usina, com capacidade para gerar 5 MW a serem lançados na rede elétrica

regional, garantirá a absorção de 55 mil toneladas por ano. “Somos parte de uma solução a um problema histórico destes produtores”, avalia Sobrinho.

É que, historicamente, as cascas acabavam depositadas a céu aberto, com risco ambiental e potencial área de incêndio, e representavam uma limitação ambiental aos produtores, por exemplo, em relação ao aumento de áreas plantadas. Quadro que, a partir deste projeto e de outros, como a da Camil, em Itaqui, também na Fronteira Oeste, que já gera energia para as suas operações a partir das cascas e, a partir de 2026, com uma nova planta industrial no distrito de Cambaí,

também em Itaqui, passará a gerar 11,5 MW também para distribuição comercial, poderá representar ganho de área à cultura do arroz. E a indústria trabalha com essa possibilidade. Na sua nova indústria, a Camil prevê uma ampliação de 150% na capacidade de armazenamento do grão.

De acordo com o CEO da Ecovix, grupo do qual faz parte a Nova Participações, Robson Passos, o projeto, que teve origem na Enerbio e foi adquirido pela empresa, vai gerar 200 empregos no período de implementação. Durante a operação, serão 30 vagas. A licença ambiental para a implementação da usina já foi concedida.

Panorama

Um mapa de oportunidades para as Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste

Eduardo Torres e Ana Stobbe

Retomada da construção de novas barragens e industrialização de grãos são apostas para a economia da macrorregião. Confira 21 iniciativas que podem alavancar o desenvolvimento econômico dessa área do Rio Grande do Sul.

1. INDÚSTRIA NAVAL

A construção de embarcações volta a ser realidade no Porto de Rio Grande, a partir do Estaleiro Rio Grande, que inicia a execução de quatro navios para a Transpetro com investimento de R\$ 1,5 bilhão. Desta vez o estaleiro não será só ponto de construção de cascos, mas de embarcações completas, aumentando o valor agregado e a qualificação da mão de obra local com vistas a futuros contratos. Com possibilidade de exploração de petróleo na costa gaúcha, o aquecimento desta indústria torna-se ainda mais concreto. A estimativa é de que, durante o pico da construção das embarcações, sejam empregadas 1,5 mil pessoas.

2. EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

A Bacia de Pelotas leiloou três dos 34 blocos ofertados em certame da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O consórcio formado por Petrobras e Petrogral Brasil se comprometeu a investir R\$ 84,9 milhões em prospecção de petróleo e gás natural nesses blocos, que somam 3.023,79 quilômetros quadrados. O local é visto como uma das áreas com potencial para suprir a lacuna que deve ser deixada pelo declínio de produção de petróleo do pré-sal estimada para ocorrer na próxima década.

3. OPERAÇÕES PORTUÁRIAS

No ano após a cheia, indicadores da operação portuária em Rio Grande, que servem como termômetro da economia gaúcha, são os melhores possíveis. A movimentação do 1º trimestre foi recorde. E há importantes investimentos nas estruturas locais, ultrapassando R\$ 1 bilhão. Entre elas, a modernização do Terminal de Contêineres (Tecon), a reconstrução e melhoria dos terminais da CCGL, e o investimento em novos terminais de celulose e de químicos.

4. GRANDES PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

Depois de 16 anos, há expectativa de que os projetos da Barragem Taquarembó, e a de Jaguari, entre os municípios da Campanha e Fronteira Oeste, sejam concluídos, o que deve atrair grandes produtores de grãos para a região, que já lidera rankings de área plantada e produção. A estimativa é de que, com a barragem, Dom Pedrito tenha um ganho de 30% na sua produção de soja. Conforme a Secretaria da Agricultura, o cultivo irrigado garante produtividade 23% maior na soja e três vezes mais no arroz. Em Bagé, avança a construção da Barragem da Arvorezinha, que além de abastecer o município também poderá beneficiar a irrigação na agricultura.

7. SILVICULTURA E FÁBRICA DE PELLETS

Dois projetos avançam na Região Sul e devem impulsionar o plantio de eucalipto. Uma fábrica de pellets, da Braspell Bioenergia em Pinheiro Machado, está completando o processo de licenciamento e prevê o plantio de 45 mil hectares para o fornecimento da matéria-prima. Já a CMPC segue com a implementação de uma fábrica de celulose em Barra do Ribeiro. A empresa aumentou em 10,27% sua área nos 75 municípios gaúchos em que atua em relação à edição passada do Mapa Econômico – o dado contabiliza áreas de conservação e de plantio de eucalipto. É possível, conforme a Agaflor, que os empreendimentos expandam a silvicultura em municípios como São Lourenço do Sul e Canguçu.

8. FABRICAÇÃO DE CELULOSE

Após o anúncio, em 2024, do maior investimento privado no Rio Grande do Sul pela CMPC, que construirá a sua nova planta industrial em Barra do Ribeiro, o pequeno município já começou uma transformação e recebe quase R\$ 20 milhões em estudos e projetos para sua estruturação antes de receber a nova indústria. As exportações de celulose seguem em alta.

9. MINERAÇÃO: TITÂNIO, FOSFATO, OURO E CARVÃO

Há pelo menos três importantes projetos de mineração entre São José do Norte e Lavras do Sul, com potencial para mudar o patamar da região. No município do Sul, há estudos para que o local se torne o principal polo de extração de minerais pesados que servem como base à produção de titânio, essencial para a indústria brasileira. Já no município da Campanha, há expectativa pela liberação ambiental à exploração de fosfato, que servirá de base à indústria de fertilizantes, e ainda há o projeto para mineração de ouro no mesmo município. Em relação ao carvão, a termelétrica Candiota 3 opera no curto prazo e aguarda o Congresso Nacional analisar veto que permitiria a prorrogação por mais tempo da comercialização da geração da usina. A termelétrica fechou em janeiro e voltou a operar de maneira emergencial em abril.

5. ARROZ, SOJA E GADO

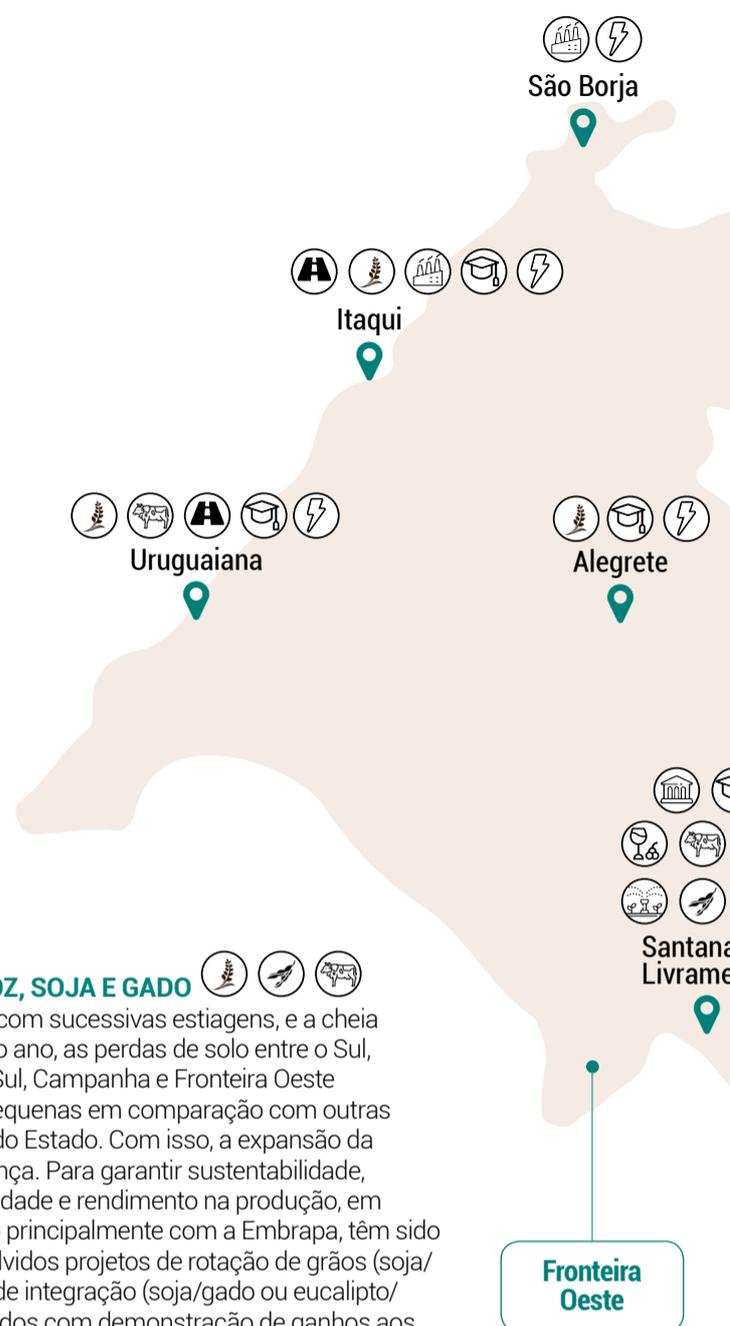
Mesmo com sucessivas estiagens, e a cheia do último ano, as perdas de solo entre o Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste foram pequenas em comparação com outras regiões do Estado. Com isso, a expansão da soja avança. Para garantir sustentabilidade, produtividade e rendimento na produção, em conjunto principalmente com a Embrapa, têm sido desenvolvidos projetos de rotação de grãos (soja/arroz) e de integração (soja/gado ou eucalipto/gado), todos com demonstração de ganhos aos produtores. Há aumento na exportação de arroz, de carne bovina e até de bois vivos.

6. VERTICALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Uma das oportunidades apontadas por lideranças regionais é a verticalização da produção, especialmente grãos que podem ser industrializados. A indústria do arroz já é forte nas Regiões Sul, Campanha e Fronteira Oeste. Há expectativa com o beneficiamento da soja. No Centro-Sul, o destaque é a siderúrgica da Gerdau, em Charqueadas, com a produção de aços para diferentes indústrias.

10. PRIMEIRA BIORREFINARIA DO PAÍS

Se os testes com óleos a base, principalmente, de soja já haviam apontado para resultados positivos na transformação de biocombustíveis, o projeto avança ainda mais e já consegue resultados importantes também com biomassa de celulose. É o que apontam os resultados da transição da Refinaria Riograndense para se tornar a primeira refinaria 100% "bio" até 2029, eliminando a fabricação de combustíveis fósseis. Há perspectiva de que o projeto inclua ainda o uso de hidrogênio verde nos seus processos.



11. DO LIXO À GERAÇÃO DE ENERGIA

Mesmo representando menos de 5% da matriz energética do RS, a produção de energia a partir de biomassa, que se tornaria lixo, ganha impulso com o avanço de novos projetos a partir da casca do arroz. E há a iniciativa da CRVR, em Minas do Leão, com a transformação de resíduos urbanos em fonte de energia. E ainda avançará para a geração de combustível a partir do gás gerado por essa biomassa.

12. HIDROVIAS

Após a cheia de 2024, os canais de navegação entre o Porto de Rio Grande e a Lagoa dos Patos estiveram entre os pontos mais prejudicados. A recuperação avança, com o maior aporte de recursos do Funrigs da região dedicado à batimetria e dragagem dessas hidrovias. O projeto da Hidrovia do Mercosul teve a liberação da tomada de subsídios pelo governo federal e expectativa de investimentos de R\$ 43,5 milhões. O investimento na nova fábrica de celulose da CMPC, em Barra do Ribeiro, abre caminho a investimentos em infraestrutura hidroviária: um novo terminal de celulose em Rio Grande e a ampliação das operações de toras no Porto de Pelotas.

13. RODOVIAS

Segue a longa espera pela finalização da duplicação da BR-116, entre Pelotas e Guaíba, bem como da duplicação da rodovia BR-290, ainda que restrita ao trecho de Butiá, Minas do Leão e Pantano Grande. A região também aguarda pontes, como a que ligará Rio Grande a São José do Norte, ainda em fase de projeto, e a travessia sobre o Rio Ibicuí, entre Uruguaiana e Itaqui, anunciada há dois anos, que ainda não tem demonstração concreta de que sairá do papel, enquanto a rota é feita sobre uma ponte de 140 anos. Projetos de pontes internacionais na região estão em fase inicial.

14. FERROVIAS

Como consequência da cheia de 2024, a rede ferroviária gaúcha, que já era deficitária, reduziu ainda mais sua capacidade. O ponto de chegada e partida principal do caminho dos trilhos para a produção, naturalmente, é o Porto de Rio Grande e, atualmente, apenas 6% da movimentação portuária faz uso da malha ferroviária. Restando dois anos para o final da concessão da Rumo, o governo do Estado apresentou estudo para recuperação da estrutura, mas ainda sem garantia de que haverá melhorias.

15. TABACO

O Sul e Centro-Sul consolidam-se como importante reserva à produção de tabaco no Rio Grande do Sul, especialmente após a cheia de 2024. Entre as duas regiões, são 18 mil famílias produtoras. A garantia de bons preços, negociados antes da safra, e de assistência técnica das indústrias tem sido fundamental para que a cultura continue avançando. Há uma década, Canguçu se consolida como o principal município produtor de tabaco no Rio Grande do Sul.

16. VITIVINICULTURA

A indicação de procedência para vinhos da Região da Campanha tem atraído investimentos de empresários gaúchos e de outros estados, além de marcas como Miolo e Salton, que possuem produção também na Fronteira Oeste. A Associação Vinhos da Campanha está organizando estudos para conquistar denominações de origem para produtos da região. Apesar de avanços, a produção de uvas sofre prejuízos com o uso de defensivos hormonais em outras culturas.

19. TURISMO

O projeto do Trem do Pampa saiu do papel, com boa adesão de público. Além disso, deve ser inaugurado até o final do ano o Terroir 31 em Candiota, complexo residencial e turístico voltado ao enoturismo e ao olivoturismo. Essas duas áreas, voltadas ao turismo de experiência são apostas dos produtores, que tem intensificado a criação de iniciativas nesse sentido. Outra possibilidade estudada é a do turismo histórico e cultural na Fronteira.

21. UNIVERSIDADE E INOVAÇÃO

Avança o projeto do Parque Tecnológico Binacional de Santana do Livramento, com recursos pré-aprovados pelo Mercosul, iniciativa que reúne a Unipampa, o Instituto Federal Sul-Riograndense (IFSul) e a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (Uergs). Além disso, as universidades têm proporcionado o desenvolvimento econômico da Região Sul, atuando como vetores de crescimento e centros de inovação. A região conta ainda com o Centro Universitário da Região da Campanha (Urcamp), a Universidade Federal do Rio Grande (Furg) e a Universidade Federal de Pelotas (Ufpel).

17. HIDROGÊNIO VERDE EM RIO GRANDE

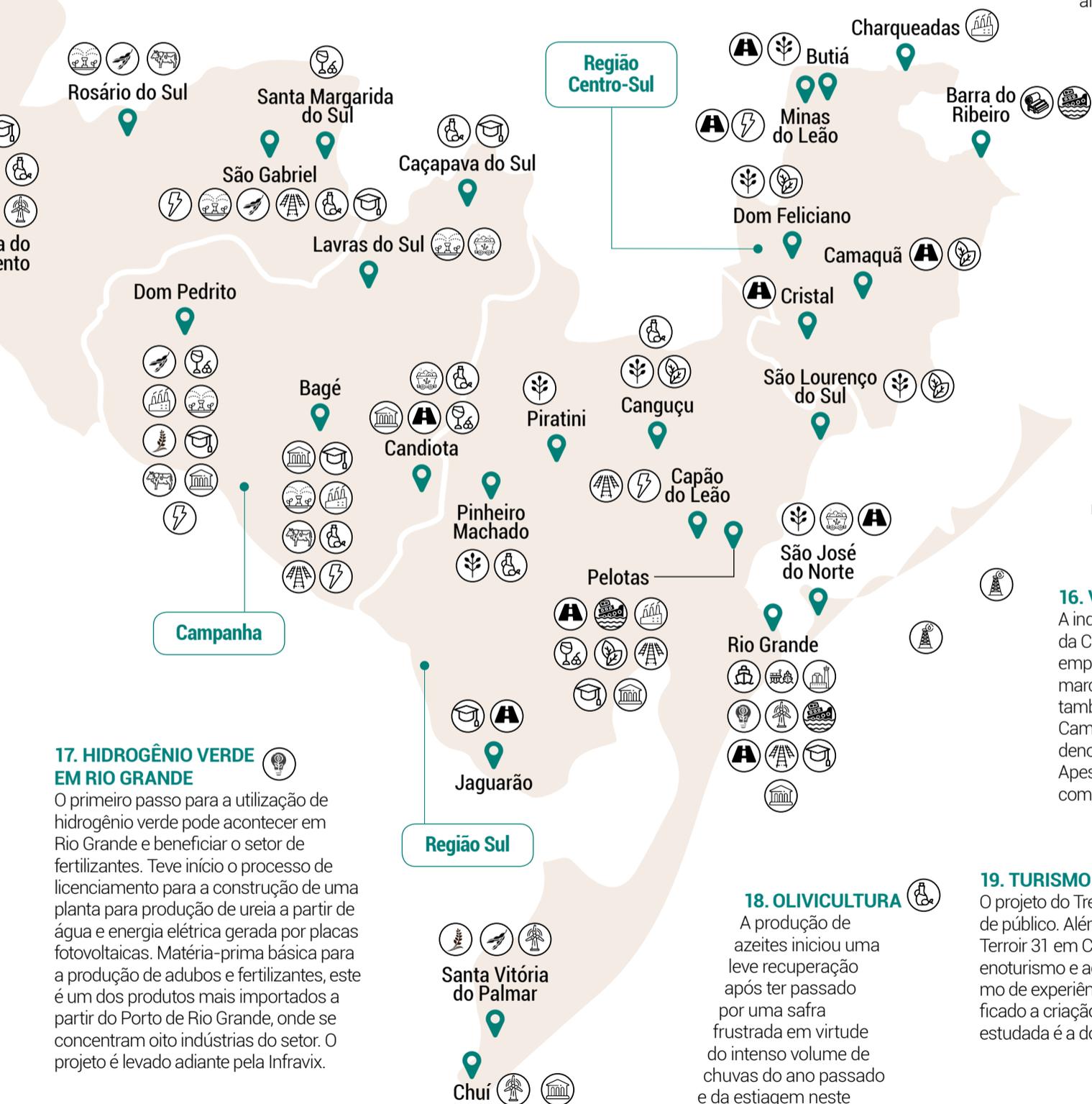
O primeiro passo para a utilização de hidrogênio verde pode acontecer em Rio Grande e beneficiar o setor de fertilizantes. Teve início o processo de licenciamento para a construção de uma planta para produção de ureia a partir de água e energia elétrica gerada por placas fotovoltaicas. Matéria-prima básica para a produção de adubos e fertilizantes, este é um dos produtos mais importados a partir do Porto de Rio Grande, onde se concentram oito indústrias do setor. O projeto é levado adiante pela Infravix.

20. POTÊNCIA EÓLICA

Se em Santana do Livramento entrou em operação o novo parque eólico Coxilha Negra, com capacidade de 302,4 MW, por outro, a costa do Estado concentra o maior número de projetos tramitando no Ibama para licenciamento de geração de energia offshore. A região avança ainda na atração de indústrias de implementos para parques eólicos. Há também a expectativa de pelo menos outros três parques começarem a sair do papel na região nos próximos meses.

18. OLIVICULTURA

A produção de azeites iniciou uma leve recuperação após ter passado por uma safra frustrada em virtude do intenso volume de chuvas do ano passado e da estiagem neste ano. O Ibraoliva espera investir em pesquisa para auxiliar produtores a identificarem como melhorar a produtividade das safras. O uso de defensivos hormonais em plantações de soja próximas é apontado como possível explicação para a queda de produtividade, além do clima.



Rosário do Sul

Santa Margarida do Sul

São Gabriel

Caçapava do Sul

Lavras do Sul

Dom Pedrito

Bagé

Candiota

Piratini

Canguçu

São Lourenço do Sul

Pinheiro Machado

Capão do Leão

São José do Norte

Pelotas

Rio Grande

Jaguarão

Região Sul

Santa Vitória do Palmar

Chuí

Região Centro-Sul

Campanha

Butiá

Charqueadas

Minas do Leão

Barra do Ribeiro

Dom Feliciano

Camaquã

Cristal

Dom Pedrito

Silvicultura

Fábricas de celulose e de pellets devem impulsionar plantio de eucalipto no RS

Investimentos industriais anunciados ainda não saíram do papel, mas podem atrair produtores para a silvicultura especialmente nas Regiões Sul e Centro-Sul

Ana Stobbe

Dois grandes projetos que necessitarão de madeira despontam na Região Sul. Enquanto a CMPC projeta a implementação de uma fábrica de celulose em Barra do Ribeiro, no Centro-Sul do Estado, a Braspell Bioenergia avança nos trâmites para a instalação de uma fábrica de pellets em Pinheiro Machado, no Sul gaúcho. Quando saírem do papel, ambos prometem impulsionar a silvicultura nas respectivas áreas em que estão inseridos.

No caso da CMPC, é esperado um investimento de R\$ 24 bilhões na execução do projeto, parte do histórico aporte anunciado pela empresa para o Rio Grande do Sul. Do valor, R\$ 4 bilhões serão destinados a operações portuárias, ao plantio florestal de eucaliptos e à hidrovía.

A empresa optou por não divulgar qual deverá ser a área plantada.

A CMPC possui atualmente área plantada de eucaliptos em 75 municípios gaúchos. Somando as áreas de conservação, a empresa possui 357 mil hectares no Estado — um crescimento de 10,27% em relação aos dados divulgados na última edição do Mapa Econômico do RS.

O presidente da Associação Gaúcha de Produtores de Florestas Plantadas (Agaflor), Mathias Almeida, acredita que um município próximo à nova fábrica da CMPC que pode ter a silvicultura ampliada é o de São Lourenço do Sul, na Região Sul do Estado. Atualmente, a cidade possui pouco menos de 2,9 mil hectares de área plantada, sendo a maioria (2,65 mil hectares) voltada ao cultivo de pinus — volume bastante distante dos principais produtores da região.

Outra possibilidade de crescimento em área de plantio florestal, para Almeida, é no município de Canguçu. Embora já figure como o quinto maior produtor da Região Sul, com cerca



Plantio de eucalipto deve avançar com a instalação de indústrias em Barra do Ribeiro e Pinheiro Machado

de 16,3 mil hectares de eucalipto, pinus e acácia negra, o presidente da Agaflor acredita que o tamanho do município permite a expansão silvícola. A cidade, localizada na Região Sul do Estado, possui uma área de 3.526 quilômetros quadrados, sete vezes maior que a da capital gaúcha, Porto Alegre.

O presidente da Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor), Daniel Chies, por sua vez, prefere não prever cidades específicas que possam crescer em área plantada. Porém, confia que os empreendimentos são responsáveis por dar aos produtores a segurança para investir na silvicultura, visto que serão a médio e longo prazo. Esse seria, para ele, o caso da nova fábrica da CMPC. “Com certeza é um projeto que irá estimular

empreendedores a analisarem a possibilidade de investimentos em plantios florestais”, avalia.

O outro projeto que promete alavancar a Região Sul, da Braspell, conta com investimento do empresário paulista Luiz Eduardo Batalha e está na etapa final do licenciamento necessário para a sua instalação. Anunciada em 2021 com um aporte estimado em R\$ 1,4 bilhão, a fábrica planeja utilizar cilindros de madeira compactada para geração de energia a partir da queima de biomassa.

No projeto, é estimado o plantio de 45 mil hectares de florestas para o fornecimento da matéria-prima. As espécies não foram especificadas. No entanto, o empresário espera que outros fornecedores se juntem ao projeto. “Temos parceiros

produtores de eucalipto, de pinus, de acácia negra, e vai ser um projeto muito grande”, explica Batalha. É possível que até 90 mil hectares de área plantada a um raio de 60 quilômetros da fábrica possam ofertar madeira para a produção de pellets.

Almeida concorda com a previsão: “Eles já tem uma boa parte das florestas para começar a rodar o projeto deles mapeada. Eu acho que se realmente sair do papel, o que eu acho que vai andar, vai ser um boom para aquela região”, avalia.

Chies diz esperar fortemente que o projeto seja executado. Entretanto, acredita que a escala estipulada pela Braspell possa ser um desafio para a sua implementação. Principalmente, devido à necessidade de base florestal.

Produtores florestais buscam mudanças legislativas para ampliar áreas de plantio

Apesar dos avanços em projetos que podem alavancar a silvicultura gaúcha, Chies chama atenção para a estagnação das áreas florestais plantadas no Rio Grande do Sul. Segundo ele, após um crescimento intenso no princípio dos anos 2000, o Estado não foi capaz de alavancar o setor na mesma proporção que outros entes federativos. A problemática, explica, estaria relacionada a entraves na legislação, que começaram a ser alterados recentemente.

No nível federal, a mudança chegou em junho de 2024, quando foi sancionada a Lei 14.876. A normativa exclui a silvicultura

da lista de práticas poluidoras e prejudiciais ao meio ambiente e torna-se isenta da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, devida ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A legislação, no entanto, ainda não foi capaz de suscitar um efeito prático na produção gaúcha, avalia Chies. “Foi feita essa correção e, em nível federal, trouxe uma segurança jurídica de que a atividade é de baixo potencial poluidor e, portanto, deve ser tratada dessa maneira pelas normativas que a regem. Mas até isso refletir no nível do Rio Grande do Sul vai levar um

tempo”, analisa.

No nível estadual, o debate tem sido feito em torno de uma nova análise do Zoneamento Ambiental para a Silvicultura. Em 2023, o Conselho do Meio Ambiente (Consema) aprovou a revisão dos critérios de disponibilidade hídrica para aprovar novas áreas de plantio. Com isso, foi quadruplicada a quantidade permitida de hectares para plantio em cada unidade de paisagem natural por bacia hidrográfica.

Apesar da mudança, os produtores ainda esperam a avaliação de outras possíveis alterações no zoneamento pelo

Consema. “Ficou ainda de se avaliar de maneira mais detalhada uma outra norma, que é a condição de tamanho e distância entre plantios florestais. Se eu tivesse um plantio florestal de grande porte, não poderia plantar outro de grande porte próximo a ele no zoneamento”, cita.

Tanto a alteração aprovada quanto a que está na pauta do Consema têm gerado discussões entre os produtores florestais e o movimento ambientalista. Enquanto estes afirmam que a flexibilização das normativas do zoneamento favorece a monocultura de espécies exógenas em detrimento da degradação

Maiores áreas plantadas nas Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste

Eucalipto, pinus e acácia negra

- Piratini (40.157 hectares)
- Butiá (18.422 hectares)
- São José do Norte (18.414 hectares)
- Canguçu (16.352 hectares)

FONTE: AGEFLOR, 2023

do bioma pampa, os silvicultores defendem que o plantio florestal colabora com a sustentabilidade em certos fatores, entre eles a fixação dos estoques de carbono no solo.

Indústria

Transformação de Barra do Ribeiro começa a sair do papel

Embora nova fábrica de celulose com investimento bilionário só comece a ser construída em 2026, município já vê mudanças

Eduardo Torres

Ainda não há máquinas na área ou obras preparatórias para a futura estrutura bilionária anunciada no último ano pela CMPC para erguer uma nova planta industrial em Barra do Ribeiro, naquele que é o maior investimento privado já anunciado no Rio Grande do Sul. No entanto, o ambiente do município com 12,2 mil habitantes já vive uma pequena transformação.

“Os primeiros setores a começarem a aquecer são comércio e o de construção. Algumas novas lojas já chegaram à cidade e investidores e empresários têm nos procurado

na prefeitura”, conta o prefeito João Feijó.

Segundo ele, são pelo menos dois novos projetos de loteamentos confirmados e outros em negociações avançadas. A perspectiva é de que o projeto tenha o potencial de duplicar a população do município em um prazo de cinco anos.

Por isso, o prefeito garante que todo este avanço será planejado. O município, até então, não contava com um plano diretor ou um zoneamento de atividades, atualmente em desenvolvimento.

“Temos ouvido todos os setores da nossa economia e, claro, a CMPC. A tendência é mantermos a atual característica da região central da nossa cidade, com a nossa relação com a Lagoa dos Patos e com o Guaíba, que nos dá um diferencial único, por exemplo, para o turismo”, diz Feijó.

Entre os detalhes que



TÂNIA MEINERZ/JC

Cidade ainda não vê máquinas trabalhando, mas percebe alteração no ambiente econômico

deverem estar contemplados neste novo planejamento, por exemplo, estará ainda a definição de uma zona para os novos loteamentos que não sejam vizinhos à futura zona industrial.

Tecnicamente, aponta o diretor-geral de Celulose da CMPC Brasil, Antonio Lacerda, desde o anúncio do chamado Projeto Natureza, a empresa já teve a aprovação do termo de referência do Estudo de Impacto Ambiental e a instalação do Comitê de Governança para Monitoramento da futura unidade de Barra do Ribeiro.

A empresa avança agora na

obtenção das licenças ambientais, com previsão de início das obras em 2026 e início das operações em 2029.

A primeira parte realmente visível do projeto deve ser a mudança no perfil da Estrada dos Garcias, até então uma estrada rural, que passará a se chamar ERS-710, ligando o município a Guaíba, onde a CMPC já opera a sua primeira fábrica.

Desde o anúncio do projeto, já foram investidos na cidade R\$ 19 milhões em estudos de solo, ambientais, de engenharia e levantamentos topográficos e batimétricos.

Até 2026, ainda em estudos, a estimativa da multinacional é chegar a R\$ 88,4 milhões.

De acordo com o prefeito, o momento da rodovia é de preparação e licenciamentos de áreas que passarão por propriedades rurais da região. A pavimentação terá duas pistas com acostamentos dos dois lados, em um total de 11 metros de largura, com obras a serem iniciadas ainda neste ano.

A estrada será o principal acesso à futura fábrica, com projeção de que 40% do tráfego seja composto por caminhões com madeira.

Gerdau busca modernizar operações de aços especiais em Charqueadas

Ana Stobbe

As enchentes de 2024 chegaram a paralisar temporariamente as operações da fábrica da Gerdau em Charqueadas, no Centro-Sul do Estado. Apesar disso, conseguiu manter a produção e o atendimento aos

seus clientes, sem impactos observáveis. Não apenas foi possível manter a produtividade, cujos números não foram divulgados pela empresa, como a indústria permaneceu se modernizando.

Recentemente, a Gerdau de Charqueadas inaugurou um

novo forno de recozimento e esferoidização, com capacidade anual de 48 mil toneladas. “Esse equipamento de tecnologia de ponta moderniza o tratamento térmico dos aços especiais produzidos na unidade, permitindo atender a demanda crescente por materiais com especificações mais exigentes, especialmente do setor automotivo”, explica o CEO da Gerdau, Gustavo Werneck.

Por outro lado, a sustentabilidade está no cerne dos processos industriais: “Avançamos com a produção de aços especiais e aços longos, com uma matriz 100% reciclável, tendo a sucata metálica como matéria-prima, o que torna o aço produzido na usina um produto com baixa emissão de carbono”, acrescenta Werneck.

Além disso, a Gerdau não deseja parar de investir. Embora não tenha anunciado novos valores, Werneck garante que a empresa está sempre buscando

aprimorar as tecnologias, modernizar processos e ampliar as ações sustentáveis. E o Rio Grande do Sul está no cerne desses projetos: “Essa atuação reafirma nosso compromisso com o desenvolvimento econômico e social do Estado, promovendo impacto positivo nas comunidades e fortalecendo nossa ligação com a sociedade gaúcha”, explica.

A relação com o Estado, aliás, pode ser vista além das usinas. Em resposta às enchentes de 2024, a Gerdau destinou ao longo dos últimos meses um montante de R\$ 51,4 milhões para ações de reconstrução do Rio Grande do Sul. O valor foi focado em melhorias de infraestrutura, habitação, empreendedorismo, educação, doações assistenciais e aos colaboradores.

Atualmente, a produção de aços especiais e longos no Rio Grande do Sul se divide em duas cidades: Charqueadas e

Sapucaia do Sul — esta última no Vale do Sinos. Nelas, produzem vergalhão, fio-máquina, barras, trefilados e pregos, além de peças automotivas. Assim, atendem setores estratégicos como automotivo, construção civil, indústria geral e agronegócio. Somando ambas, a empresa conta com 3.900 colaboradores em solo gaúcho.

Fundada há 124 anos como uma fábrica de pregos em Porto Alegre, a indústria se expandiu rapidamente. Em 1948, foi comprada a Usina Riograndense, em Sapucaia do Sul, iniciando a produção de aço. Charqueadas entrou no grupo em 1996, com a compra da Siderúrgica Piratini. Hoje, já está com atuação em 7 países das Américas, com 29 unidades produtoras de aço, cerca de 30 mil colaboradores espalhados ao redor do mundo e com uma receita líquida de R\$ 14,7 bilhões.



GERDAU/DIVULGAÇÃO/JC

Empresa inaugurou novo forno de recozimento e esferoidização

Logística

Operações no Porto de Rio Grande terão aportes de mais de R\$ 1 bilhão

Projetos incluem recuperação de canais, modernização do Tecon e investimentos em novos terminais, como o de celulose

Eduardo Torres

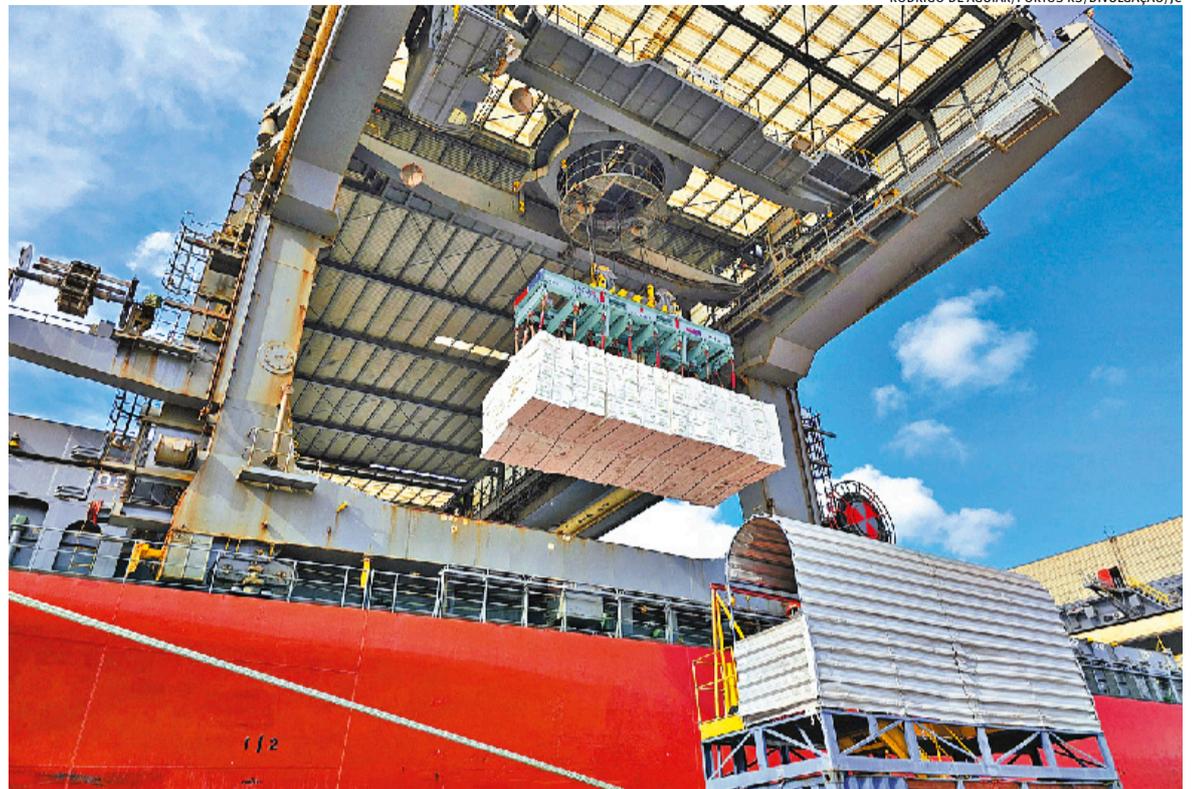
No começo de maio, o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (FMM), do Ministério de Portos e Aeroportos, aprovou a liberação de financiamento de até R\$ 533 milhões para um projeto de modernização do Terminal de Contêineres de Rio Grande (Tecon Rio Grande). A iniciativa está entre os maiores investimentos futuros na estrutura portuária, no entanto, a Wilson Sons, que opera o Tecon, ainda não detalha como será e o cronograma do projeto. Há pelo menos 10 anos – no auge da indústria naval – o Rio Grande do Sul não era beneficiado com recursos do Fundo.

Com movimentação recorde no primeiro trimestre do ano, o Porto de Rio Grande registrou

9,8 milhões de toneladas circulando, com alta de 15,5% em relação ao mesmo período de 2024. Deste volume, em torno de 2,2 milhões de toneladas foram em movimentações de contêineres, representando em torno de 23% do total.

Desde o último ano, a Wilson Sons já investe R\$ 9 milhões em novas tecnologias para operação de navios em Rio Grande, envolvendo inteligência artificial e ratificando a posição deste terminal como o mais automatizado do Brasil. “O porto é uma plataforma logística completa. Por isso, a diversificação de cargas é essencial. Neste aspecto, os investimentos nos terminais têm papel fundamental”, aponta o diretor-presidente da Portos RS, Cristiano Klinger.

Já estão em obras, por exemplo, as estruturas do terminal marítimo Termasa, operado pela CCGL no Porto de Rio Grande, e que foi danificado durante as cheias de maio do ano passado, com outro aporte de R\$ 550 milhões. A requalificação do terminal deve durar dois anos.



Porto de Rio Grande registrou movimentação recorde no primeiro trimestre do ano

O objetivo da CCGL, além de recuperar a estrutura danificada, é ampliar a sua capacidade de escoamento da produção. Em maio do ano passado, com o aumento da força da correnteza durante as cheias, um navio atracado chocou-se contra o cais, afetando a estrutura e interrompendo os serviços. Agora, é preciso reconstruir a estrutura, incluindo plataformas e mecanismos de amarração.

Entre os novos investimentos nos terminais está o leilão, previsto para o segundo semestre deste ano, para construção e operação do novo terminal de celulose, que é parte fundamental no Projeto Natureza, da CMPC. A própria multinacional já manifestou interesse em

participar de uma concorrência. O investimento previsto para criar o novo terminal é de R\$ 800 milhões, com previsão de uso entre 2028 e 2029. E a vantagem não se dará apenas para a operação de celulose.

No modelo de leilão, estará incluída uma medida compensatória em que a empresa operadora se comprometerá a aprofundar o canal do cais público dos atuais 9,45 metros para 12,8 m, que deve garantir um investimento de até R\$ 170 milhões para beneficiar toda a operação no porto. Os planos futuros para os terminais em Rio Grande ainda incluem uma licitação prevista para acontecer até 2026, criando um novo píer para operações químicas.

Os efeitos da enchente e a recuperação

- Foram 16,3 mil quilômetros quadrados atingidos pela cheia de 2024 entre as Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste, ou 44,6% da área inundada
- Foram 970,7 mil pessoas diretamente atingidas, ou 17,5% do total no Estado
- Foram 108,2 mil CNPJs atingidos, ou 14,15% do total do Estado
- Do total de áreas inundadas, 14,2 mil quilômetros quadrados foram em áreas rurais
- Foram 9,8 mil produtores rurais diretamente atingidos, ou 5,7% do Estado
- Entre as quatro regiões, o Sul teve a maior área atingida, com 3,4 mil quilômetros quadrados, ou 10% do território da região. Foi também a região com o maior número de pessoas atingidas, com 16,6% da sua população, 17,3% dos CNPJs e 10,2% das áreas rurais
- O território menos atingido foi na Campanha (395 quilômetros quadrados, todos rurais)
- Enquanto em Rio Grande, 42,3%, e, em Arambaré, 41% dos CNPJs foram atingidos, na Campanha, foi somente 1 CNPJ em Dom Pedrito

FONTE: GOVERNO DO ESTADO

Investimentos em dragagem e recuperação dos canais com Funrigs

Passado um ano da maior cheia da história do Rio Grande do Sul, os levantamentos do governo estadual mostram que 44,6% das áreas atingidas pela enxurrada foram entre as regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste.

O impacto direto às pessoas chegou a menos de 10% da população das regiões. E se, em outros pontos do Estado os prejuízos logísticos em rodovias são prioritários, por aqui, está na água uma das principais consequências à economia deste recorte do Estado.

É por isso que, com um pacote de investimentos que chega a R\$ 690 milhões do Fundo do Plano Rio Grande

(Funrigs), a recuperação dos canais hidroviários da Lagoa dos Patos e dos portos de Pelotas e Rio Grande tornou-se prioridade na retomada econômica da região e também vislumbrando o potencial futuro das rotas hidroviárias gaúchas.

“Começamos este trabalho, que no primeiro momento é de recuperação das condições anteriores à cheia, pelos canais de navegação, como acontece com a Lagoa dos Patos. São, ao todo, 13 canais que terão a batimetria atualizada e a dragagem. Em cinco, já estamos atuando neste ano. Também devemos lançar o edital para a dragagem no canal de acesso ao Porto de

Rio Grande, com início das obras no segundo semestre. O maior volume de recursos e de obras de dragagem devem acontecer em 2026”, diz o diretor-presidente da Portos RS, Cristiano Klinger.

Segundo ele, em torno de R\$ 60 milhões serão desembolsados até o final deste ano, com a maior parte dos desembolsos no próximo ano. A retomada das condições de navegação anteriores à cheia representa um calado de 5,18 metros no canal da Lagoa dos Patos e de 15 m em Rio Grande. Entre navios e barcas, hoje são mais de 3 mil embarcações por mês nesta rota hidroviária – 1,8 mil somente em Rio Grande. E mesmo que

os atuais investimentos não prevejam uma ampliação do canal ou, como acontece em rodovias, uma duplicação, são as ações desenvolvidas em paralelo com as obras de dragagem que apontam para a ampliação do fluxo e aumento da capacidade logística pelas águas no Rio Grande do Sul.

Um trabalho conjunto entre a Portos RS e a Marinha desenvolve a sinalização náutica da hidrovia para que seja possível retirar a restrição de navegação noturna na Lagoa dos Patos. Hoje, um transporte entre Rio Grande e Porto Alegre, por exemplo, tem o seu tempo ampliado em até oito horas por essa impossibilidade de navegação à noite.

Aporte pelo Funrigs

- Recuperação de hidrovias (inclui hidrovias na Região Metropolitana): **R\$ 690 milhões**
- Batimetria (inclui hidrovias na Região Metropolitana de Porto Alegre): **R\$ 47,3 milhões**
- Base de Aviação Naval em Rio Grande: **R\$ 1,3 milhão**
- Reforma e adequação estrutural da Promotoria de São José do Norte: **R\$ 690 mil**

FONTE: PLANO RIO GRANDE

Polo Naval

Indústria naval está de volta a Rio Grande

Projetos devem alavancar a construção de plataformas na Região Sul do Estado

Eduardo Torres

Foi com a presença do presidente Lula, em fevereiro, que os contratos foram assinados e, oficialmente, a indústria naval em Rio Grande deu um pontapé e reinício depois da crise que desmobilizou o Estaleiro Rio Grande durante muito tempo. A partir de um consórcio com a Mac Laren, o estaleiro, administrado pela Ecovix, venceu a concorrência para construir quatro navios de transporte para a Transpetro, em um contrato que chega a R\$ 1,5 bilhão (US\$ 69,5 milhões por embarcação).

De acordo com o diretor operacional do Estaleiro Rio Grande, Ricardo Ávila, as obras no local iniciam no segundo semestre deste ano. Hoje, são 220 funcionários no estaleiro e, no pico da construção dos navios, que deve ser a partir do primeiro trimestre de 2026, chegará a 1,5 mil trabalhadores. “Estamos na fase de preparação para a execução dos projetos. Com máquinas e preparo do espaço, além do treinamento das equipes para os blocos de produção. E, principalmente, a parte de engenharia dos navios. Em Rio Grande nós temos uma estrutura



ECOVIX/DIVULGAÇÃO/JC

Estaleiro Rio Grande terá, no pico da construção dos navios da Transpetro, 1.500 trabalhadores

privilegiada para a execução desse projeto, com a possibilidade de produção simultânea de embarcações, pelo espaço que temos”, explica Ávila.

Por isso, mesmo em fase inicial da execução do primeiro trabalho, o estaleiro está de olho em futuras contratações de embarcações. Somente neste pacote para renovar em 25% a frota da Transpetro, a companhia pretende contratar outras 13 embarcações até o final de 2026.

“A reativação do estaleiro abre possibilidades para outros serviços e embarcações. Não apenas para a montagem, mas como prestação de serviço a outras operações também, com

reparos de embarcações, por exemplo. São ativos com um diferencial em relação a outros portos, por possuir um dique seco. Além de movimentar toda a economia portuária, temos sempre apresentado o serviço do estaleiro quando mostramos os potenciais do nosso porto na atração de novos investimentos dos mais diversos”, aponta o diretor-presidente da Portos RS, Cristiano Klinger.

Um potencial ainda com muito espaço para crescimento. Segundo Ávila, mesmo com a recente contratação, a infraestrutura do estaleiro seguirá subutilizada.

“Se conseguirmos outros

navios e outras demandas, será ótimo para o estaleiro, mas também para Rio Grande. A indústria naval emprega muita gente, e impacta muito quando tem movimentação, mas infelizmente, também quando não tem demanda. Rio Grande precisa sair do ciclo de altos e baixos. Temos agora essa oportunidade de retomada com muito mais qualidade do que tivemos no ciclo anterior”, comenta o diretor.

Isso porque, diferente do ápice da indústria naval em Rio Grande, agora a contratação do Estaleiro Rio Grande não se limita à produção de cascos. Desta vez, todo o desenvolvimento do

navio é feito em Rio Grande, a partir da engenharia contratada junto a uma empresa norueguesa. Os navios sairão prontos do estaleiro, seguindo para a Mac Laren, no Rio de Janeiro, somente para a finalização.

“Rio Grande tende a ganhar muito em expertise. Na outra época, eram cascos, agora, navios. Vamos ganhar em conhecimento e em instrumentação de navegação. Nossa ideia é conseguirmos formar a nossa mão-de-obra especializada aqui, mas para isso, precisamos de um horizonte de pelo menos 10 anos de contratos. Hoje, os especialistas vêm de outras regiões, e é muito difícil convencer um profissional para vir transmitir o seu conhecimento em um contrato de menos de três anos”, diz Ricardo Ávila, que também preside o Arranjo Produtivo Local Marítimo em Rio Grande.

Os modelos Handy, a serem construídos em Rio Grande, vão contemplar soluções que garantem maior eficiência energética e menor emissão de gases que provocam o efeito estufa. As embarcações poderão ser abastecidas com bunker ou biocombustíveis. A estimativa é de reduzir em 30% as emissões em relação aos atuais navios da frota. Os navios poderão transportar produtos claros derivados de petróleo, como diesel marítimo, diesel S10, diesel S500 e gasolina de aviação.

Movimentação do Porto de Rio Grande

- Foram 9,8 milhões de toneladas de carga movimentada no Porto de Rio Grande no primeiro trimestre de 2025
- Movimentação recorde do porto, representando 15,5% a mais do que no mesmo período de 2024
- Foram 773 embarcações no Porto de Rio Grande neste período
- 23% da movimentação foi em contêineres, com 226,3 mil TEUs, ou 32,9% a mais do que em 2024
- 45,2% da movimentação foi em grãos e cereais
- 13,7% da movimentação em matéria-prima para fertilizantes
- 10,3% da movimentação em pastas de madeira e celulose

FONTE: PORTOS RS

Exploração de petróleo à vista

Além das possíveis novas contratações para construção de navios, os olhos da administração do Estaleiro Rio Grande também estão voltados ao mar. Lá está um potencial que pode transformar a economia da região, a partir da exploração de petróleo na Bacia de Pelotas.

“A construção naval é um dos eixos importantes do nosso polo, uma futura exploração de petróleo, com toda a sua demanda à costa, é outro eixo com potencial de transformar o perfil econômico da região”, avalia Ricardo Ávila. São 34 áreas com potencial ao longo de toda a costa gaúcha, e que estavam incluídas no leilão da ANP de junho para prospecção e exploração de áreas no país, somando quase 22 mil quilômetros quadrados. A

perspectiva é de que a mobilização na Bacia de Pelotas atraia até R\$ 1,5 bilhão em investimentos para o Estado. O reaquecimento do polo naval também gera atenção em São José do Norte. Lá, afirma o prefeito Neromar Guimarães, representantes da EBR, que administra o estaleiro que um dia empregou 4 mil pessoas no município, garantiram a ele que estão em fase de readequação da sua estrutura para concorrer a novos contratos. “Para nós, o fundamental era termos essa garantia de que o estaleiro não iria fechar. Ainda não tem uma data para retomada, mas eu diria que hoje eles estão em hibernação, com algo em torno de 30 funcionários. Daremos todas as condições para que aconteça a retomada”, diz o prefeito.

Segue o impasse das plataformas

Enquanto prepara-se para iniciar a construção de novas embarcações, o Estaleiro Rio Grande ainda aguarda uma definição para o imbróglie envolvendo o desmanche de plataformas da Petrobras, compradas pela Gerdau, com a contratação do estaleiro para a transformação em sucata que alimentará as indústrias de Charqueadas e Sapucaia do Sul, em um negócio que envolveu R\$ 48 milhões. O desmanche só é possível após a limpeza total dos tanques da plataforma P-32. Uma ação que já foi feita, em parte, pela Gerdau após um ajuste com a Petrobras.

“São 15 meses que a plataforma está no nosso estaleiro, mas ainda demoraria

bastante para que essa permanência atrapalhe os serviços da montagem de embarcações. O problema é a redução da nossa janela para o segundo serviço contratado pela Gerdau”, explica o diretor operacional do Estaleiro, Ricardo Ávila.

Ele refere-se ao desmanche de uma segunda plataforma, a P-33, também já adquirida pela multinacional gaúcha e que ainda não foi entregue ao estaleiro.

Desde a contratação dos desmanches, mesmo valorizando a atividade e o novo know-how a ser adquirido pela empresa, Ávila salientou que a prioridade seria dada à construção de embarcações.

Logística

Porto de Pelotas se prepara para novo protagonismo

Terminal tem importância estratégica na logística da produção florestal e de celulose no Rio Grande do Sul

Eduardo Torres

Com importância estratégica na logística da produção florestal e de celulose, o Porto de Pelotas aponta para um protagonismo regional a partir do avanço no projeto de criação da Hidrovia do Mercosul. No início do ano, foi autorizada pelo governo federal a abertura da tomada de subsídios, com previsão de investimentos de R\$ 43,5 milhões, para a concessão da hidrovia da Lagoa Mirim, que tem como objetivo unificar a logística hidroviária entre Brasil e Uruguai.

O trecho a ser concedido inclui a Lagoa Mirim – atualmente sem navegação comercial – e o Canal do São Gonçalo, com 140 quilômetros de extensão. A ideia é que a concessão da nova hidrovia seja feita entre os dois países, com prazo de 15 anos.

No Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) do projeto, o cronograma de construção do terminal portuário está previsto para junho de 2026.

“O Porto de Pelotas já tem uma vocação muito importante na operação de toras de madeira, mas é um porto que olhamos como um grande potencial de crescimento e de diversidade de cargas. Quando falamos em uma hidrovia binacional, por exemplo, o papel de Pelotas é central”, aponta o diretor-presidente da Portos RS Cristiano Klinger.

Gino Salvador, um dos sócios da Freedom, especializada na produção de veículos elétricos e automação especialmente na área da saúde, percebeu este potencial. Desde o final do ano passado, a partir de um contrato assinado junto à Portos RS, opera, por um período inicial de quatro anos, um terminal para recebimento e armazenamento de contêineres no Porto de Pelotas. A princípio, para beneficiar a sua expansão de produção e exportações, mas também com vistas ao avanço das operações



MICHEL CORVELLO/DIVULGAÇÃO/JC

Avanço da Hidrovia do Mercosul deve ampliar potencial do complexo

portuárias em Pelotas.

“Hoje, já temos uma capacidade para operar mais de 20 contêineres por dia, mas podemos dobrar essa capacidade. Estamos trabalhando a abertura dessa operação a terceiros, inclusive com boas tratativas com indústrias do setor metalmeccânico da Serra, por exemplo”, aponta Salvador.

A operação da Freedom abre portas no País e no mundo para o polo da indústria da saúde de Pelotas. A cidade concentra um arranjo produtivo das empresas de saúde e biotecnologia. “O nosso negócio surgiu da necessidade do meu filho. Para solucionar a dificuldade de mobilidade dele, desenvolvemos há quase 40 anos uma cadeira de rodas motorizada. Era uma atividade secundária na empresa, mas depois de cinco anos, a demanda só aumentava. Então,

A movimentação do Porto de Pelotas

Até o final de março, o Porto de Pelotas não movimentou contêineres

▶ No 1º trimestre de 2025, o porto, em recuperação após a cheia, movimentou 277,4 mil toneladas, uma redução de 7,4% em relação a 2024

▶ 96% da carga em toras de madeira e 4% em clínquer

FONTE: PORTOS RS

passamos a desenvolver tecnologia própria e, depois de 10 anos, já atuávamos também com equipamentos de logística, mas a nossa prioridade é a saúde. Somos a única indústria deste setor, no mundo, a desenvolver a tecnologia própria e fabricar os equipamentos em um mesmo complexo”, resume Gino Salvador.

Entre os equipamentos desenvolvidos pela empresa estão sistemas de automação no movimento de pacientes dentro de UTIs, por exemplo.

O parque industrial da Freedom tem 7,5 mil metros quadrados a apenas 500 metros da área portuária, com outros 4 mil metros quadrados. A empresa emprega 140 pessoas e investe R\$ 6 milhões em expansão. Daí a importância da operação portuária. Além do controle do escoamento da produção para todos os estados do Brasil, o plano é internacionalizar a produção. Neste segundo semestre, haverá exportação para o Paraguai. Com o porto, a intenção é integrar pelo menos Uruguai e Argentina nesta rota.

A operação portuária, porém, tem duas vias. Mais de 40% da matéria-prima utilizada pela empresa é importada.

“É um armazém alfandegado ou entreposto para recebimento de produtos, saindo do gargalo dos grandes portos”, aponta.

Um terminal com vida na Região Sul

Sempre que algum novo visitante chega ali, a expressão de surpresa se repete: “bah, eu nem sabia que existia isso no porto”.

Fazer com que a cidade de Pelotas se reencontre com o seu porto é encarado como um passo fundamental para que o local assuma um novo protagonismo. E este é o papel da Otroporto, que, a partir de um armazém, que pertencia à autarquia portuária e estava degradado, tem tornado o local uma referência cultural e educacional na cidade.

Não há um número exato, mas a estimativa é de que, desde 2019, quando a Associação Otroporto foi formalizada, mais de 100 mil pessoas tenham sido beneficiadas de alguma maneira – e tiveram contato com o porto.

“Enquanto estamos falando, por exemplo, temos 80 crianças aqui na sede, que funciona como um polvo, com vários tentáculos. Temos diversos projetos sendo desenvolvidos simultaneamente, da cultura à ciência. No ano passado, por exemplo, iniciamos a nossa incubadora para novas iniciativas na indústria cultural. No Faber Sapiens, os jovens vão para o laboratório e têm iniciação científica com uma estrutura que não têm na escola pública, já foram 4 mil jovens formados. Além de projetos de economia

solidária e reciclagem com capacitação de pessoas”, conta o diretor de projetos da Otroporto, Duda Keiber.

A partir dos apoios da CMPC e da Sagres, que hoje operam no Porto de Pelotas, o Otroporto foi potencializado. Justamente para conectar os elos dessa redescoberta da região portuária.

“Este local já foi uma chave do desenvolvimento econômico do Estado e, por muito tempo, a cidade virou as costas para o porto. A Otroporto surge como uma reativação desse potencial. Por muito tempo, após o final do ciclo da Anglo, que produzia conservas, a região ficou degradada, com galpões e prédios desocupados. A universidade retomou as instalações da Anglo e iniciou um pouco dessa recuperação do território que tem uma identidade e cultura própria”, resume Keiber.

Atualmente são 24 funcionários atuando na Otroporto, que fica no cais mais antigo e, em breve, deve expandir sua estrutura para um segundo armazém. Entre os resultados mais reconhecidos na cidade está o projeto Porto-Memória, que começou como uma coluna em um jornal local, recuperando histórias e a memória da cidade relacionada ao porto, se transformou em um livro e até em um álbum de figurinhas de Pelotas.

Exportações das Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste

São 7 municípios das regiões entre os 50 maiores exportadores gaúchos entre janeiro e abril deste ano. Santa Vitória do Palmar, Capão do Leão e São Gabriel são novidades. Somados os 7 municípios movimentaram US\$ 992,4 milhões

▶ Rio Grande (1º do RS entre janeiro e abril) movimentou US\$ 781,2 milhões, redução de 5,8% em relação ao mesmo período de 2024: 53,4% em soja, tortas e resíduos de óleo de soja

▶ Pelotas (16º do RS entre janeiro e abril) movimentou US\$ 53,8 milhões, redução de 2,7% em relação a 2024: 42% em arroz; 31% em boi vivo

▶ Capão do Leão (17º do RS entre janeiro e abril) movimentou US\$ 52,7 milhões, com alta de 154% em relação a 2024: 90% em boi vivo

▶ Santa Vitória do Palmar (24º do RS entre janeiro e abril) movimentou US\$ 38,4 milhões,

com alta de 347,5% em relação a 2024: 78% em trigo e mistura de trigo com centeio

▶ Bagé (39º do RS entre janeiro e abril) movimentou US\$ 24,7 milhões, com redução de 13,3% em relação a 2024: 53,2% em carne bovina

▶ Charqueadas (42º do RS entre janeiro e abril) movimentou US\$ 23,9 milhões, com alta de 15,5% em relação a 2024: 98,6% em barras perfis de aço e ferro

▶ São Gabriel (47º do RS entre janeiro e abril) movimentou US\$ 17,7 milhões, com alta de 55,9% em relação a 2024: 74% em carne bovina

FONTE: MINISTÉRIO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Infraestrutura

Ponte centenária é entrave na logística da Fronteira Oeste

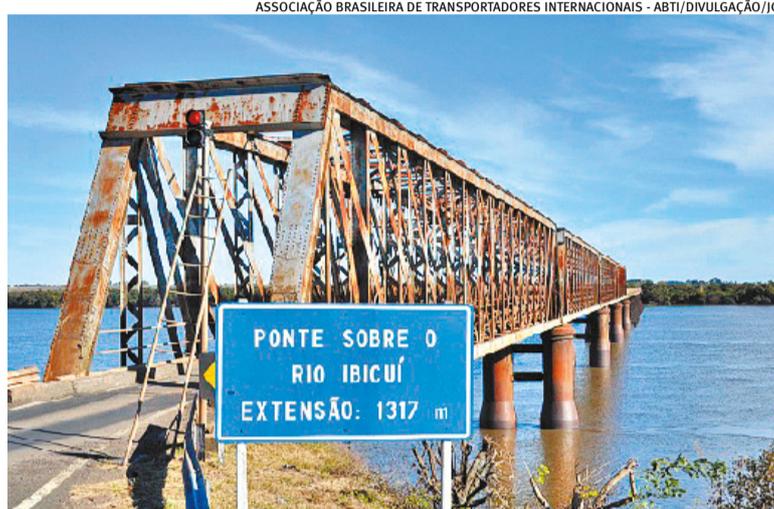
Obra é decisiva para melhorar o fluxo de mercadorias entre Itaqui e Uruguiana

Eduardo Torres

O prejuízo é incalculável. É dessa forma que o transportador Alexandre Szymczak define a rotina de quem precisa cruzar o Rio Ibicuí, entre Itaqui e Uruguiana, especialmente a cada período de safra. Depois de ter obras de uma nova ponte anunciadas há dois anos, sem avanços, o trajeto entre os dois municípios da Fronteira Oeste – e único caminho por aquela região do Estado até o Porto Seco de Uruguiana – continua sendo feito pela antiga ponte, de pista simples, construída em 1888, com uma rotina toda particular: a cada cheia do rio, é preciso interromper o tráfego na ponte que faz parte da BR-472.

No final de maio, o Dnit confirmou, finalmente, à prefeitura de Itaqui o lançamento da licitação para a nova ponte, com investimento previsto de R\$ 210 milhões. Algo que, experiente nas estradas da região e do País, o Alexandre só acreditará quando ver as máquinas na pista.

“Essa é a ligação natural, por exemplo, para quem vem de São Paulo para o Mercosul, a partir de Uruguiana. Além de significar, para nós de Itaqui e dos municípios mais ao norte,



Fluxo pela ponte de ferro é de, em média, 400 caminhões por dia

também o caminho lógico para chegar ao Porto de Rio Grande, a uma distância de 700 quilômetros que, se não tem a ponte, se torna muito mais pesado e longo pela BR-290 e ter que cruzar o Centro do Estado. A ponte é uma obra que precisa ser feita com urgência. É estratégica para nós, do transporte, mas também para toda a produção”, aponta Szymczak, que é proprietário da Transmathias.

Em média, o fluxo pela ponte de ferro e com uma sinaleira é de 400 caminhões por dia. Neste período, de safra do arroz, a situação é ainda mais agravada. “Só da Camil, em Itaqui, nós transportamos 50 cargas por dia neste período. E tem ainda as cargas que vêm do campo para a indústria. Então, aumenta o fluxo nos dois sentidos. Chega a ser frustrante, porque nós transportamos, por exemplo, para o

Paraguai, e lá todas as rodovias são duplicadas, No Rio Grande do Sul ainda enfrentamos esse problema que causa prejuízo e aumenta a insegurança”, comenta o transportador.

Em virtude da produção na região, a empresa, que tem sede em Itaqui, montou filiais, no Estado, em Dom Pedrito, São Borja, São Gabriel, Uruguiana, Rosário do Sul, Alegrete, Camaquã, Pelotas, Rio Grande e Ijuí – além das operações em outros estados – e vivência na prática todos os gargalos logísticos rodoviários entre a Fronteira Oeste, Campanha, Sul e Centro-Sul do Estado.

“Transportamos desde o fertilizante, a partir de Rio Grande para as cidades produtoras, até o arroz e a soja colhidos para os engenhos e o produto final para o restante do País ou para o porto e o Mercosul”, explica.

Gargalos nas Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste

● **A duplicação da BR-116 (Pelotas-Guaíba):** até o começo deste ano, as obras iniciadas em 2012 já haviam recebido R\$ 1,5 bilhão em investimentos federais e a perspectiva agora é de que a conclusão da duplicação dos 211,2 quilômetros de rodovia entre 12 municípios esteja pronta em 2026. Para este ano, o principal trecho a ser entregue, com previsão para julho, é da ponte sobre o Rio Camaquã, em Cristal, e do Viaduto da Pompeia, que dá acesso a Camaquã, com R\$ 85 milhões de investimento.

● **Pontes internacionais:** com investimentos de R\$ 211 milhões e a previsão de entrega em 2026,

iniciou no ano passado a fase de projeto para uma nova ponte entre Brasil e Uruguai em Jaguarão, somando-se à histórica ponte da década de 1930. Já em Itaqui, o governo do Estado firmou convênio com a Caixa para o desenvolvimento de projeto para uma nova ponte internacional sobre o Rio Uruguai, ligando o município da Fronteira a Alvear, na Argentina.

● **Transcampesina:** há expectativa de que ainda neste ano seja iniciada a obra da Rodovia Transcampesina, que passará por Hulha Negra, Candiota, Herval e Pedras Altas, na Campanha, interligando 176 quilômetros na região produtora. Os primeiros R\$ 100 milhões

para iniciar um primeiro trecho, de 50 quilômetros, devem ser liberados pelo Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico dos Municípios da Bacia do Rio Jaguarão (Cideja), com recursos, inclusive, do governo uruguaio.

● **Trem de passageiros:** foi incluída no plano do governo federal de retomada de ferrovias de passageiros no País a possibilidade do trem que ligará Capão do Leão, Pelotas e Rio Grande (área urbana e Cassino). Ainda sem valor a ser investido definido, o trecho de 99,3 quilômetros de extensão passa por avaliação de viabilidade técnica e econômico-financeira.

Projeto para ponte no Sul gaúcho deve estar pronto em 2027

Em um prazo de dois anos e dois meses, é esperado o resultado dos projetos de engenharia básica e de execução para a futura ponte entre São José do Norte e Rio Grande, com aporte de R\$ 7,5 milhões pelo governo federal. A previsão é de que a obra receba R\$ 600 milhões em investimentos. É o primeiro passo, efetivamente concreto, para que a demanda de quase três décadas da região seja realidade. Em abril, a comunidade foi apresentada a quatro possibilidades de traçado da ponte que ligará as BRs 101 e 392, com 4,5 quilômetros entre os dois municípios da Região Sul.

“A expectativa da população é muito grande, não só por São José do Norte e Rio Grande, mas pela necessidade de toda a economia gaúcha e, especialmente do Sul do Estado. Hoje, com a balsa nos atuais moldes e os caminhões rodoviários possíveis, já melhorou, mas é uma travessia bastante difícil

e que atrasa processos”, diz o prefeito de São José do Norte, Neromar Guimarães.

A travessia de balsa leva entre 30 e 40 minutos, mas é preciso considerar a fila de espera. “No ano passado, durante as cheias, ficou evidente o tamanho do problema. Com a interrupção de estradas, a balsa retornou mais rápido, mas tínhamos filas de quatro quilômetros para embarcar”, conta o prefeito.

O avanço do projeto da nova travessia coincide com a retomada, por exemplo, da indústria naval em Rio Grande. Do outro lado do canal, também há um estaleiro que pode ser reaquecido. E, como salienta o prefeito, independentemente de qual dos dois municípios tenha oportunidades na indústria, a instalação de empresas interessadas em se beneficiar deste processo e de trabalhadores se dá dos dois lados do canal.

Retomada das ferrovias é vital para a produção estadual

Está no Porto de Rio Grande o ponto nevrálgico da necessária revisão da malha ferroviária gaúcha, que foi objeto de estudo pelo governo do Estado neste ano, restando dois anos para o final da concessão da Rumo, responsável pela operação e manutenção das ferrovias no RS. Com o modal, que não é economicamente viável atualmente, representando apenas 6% da movimentação de cargas na principal porta de entrada e saída da economia gaúcha, a estimativa do estudo é de que, nos próximos anos, o déficit estrutural ferroviário chegue a 3,5 milhões de toneladas de cargas por ano em Rio Grande.

O tamanho da perda deste modal já era grande, e foi mais agravado com a cheia do ano passado. De um total de 3,8 mil quilômetros de estradas de ferro concedidas, só 1,6 mil estavam operacionais antes da inundação. Após, restaram somente 921 quilômetros.

A proposta do governo para não só revitalizar, mas qualificar a malha foi projetada

em cinco cenários, que demandam, em um prazo de 30 anos, de R\$ 3,3 bilhões a R\$ 11,5 bilhões em investimentos. E aí, não só Rio Grande, mas outros municípios do Sul, Campanha e Fronteira Oeste estão entre os pontos referenciais de destino de cargas futuras, caso a ideia saia do papel.

A estimativa é de que nos 18 anos o Estado perdeu pelo menos 50% de competitividade ferroviária. Os contêineres, que receberão importante investimento nas suas operações no porto nos próximos anos, por exemplo, não são mais transportados por trens. O transporte de combustíveis não chega mais até Rio Grande. E o setor de fertilizantes hoje tem apenas 2% do seu transporte por trem. Há dez anos, eram 23%.

O estudo cria ainda cenários de variantes ferroviárias para evitar que Rio Grande tenha agravado um gargalo. E aí, São Gabriel, Bagé e Capão do Leão seriam os destinos de possíveis linhas com cargas vindas do Centro do Estado.

Transição Energética

Ventos favoráveis para a energia em terra e no mar

Projetos de novos parques eólicos licenciados avançam no Rio Grande do Sul

Eduardo Torres

Em janeiro deste ano, o governo federal sancionou a Lei 15.097/2025, que permite e regula a exploração de energia elétrica no mar. E o Rio Grande do Sul tem neste campo uma oportunidade. Estão no Estado 30 projetos de geração de energia eólica offshore sob análise pelo Ibama. Pelo menos 20 deles na faixa do Litoral Sul gaúcho, considerada, conforme pesquisa apresentada no final do ano passado, a zona mais propícia aos projetos offshore na costa gaúcha, e representam uma grande oportunidade para toda a economia do Sul do Estado.

Estes, porém, são projetos de longa maturação. A estimativa é de que o desenvolvimento de um projeto offshore dure até 10 anos, e outros cinco no período de licenciamento.

Então, a entrada em operação destes parques dentro do mar provavelmente só seja vista na próxima década. Ainda assim, a possibilidade de geração eólica em alto mar é mais um trunfo do Rio Grande do Sul para retomar o protagonismo neste setor do País.

E uma parte considerada fundamental para isso é a capacidade de garantir infraestrutura para novos e grandiosos projetos eólicos.

De acordo com a presidente do Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do Rio Grande do Sul (Sindienergia-RS), Daniela Cardeal, é importante que o Estado não tenha somente projetos de parques eólicos, mas a estruturação da cadeia de componentes em território gaúcho.

Hoje, o Nordeste, que tomou a dianteira na geração eólica, concentra essas indústrias no País. Para 2025, porém, há pelo menos dois projetos de indústrias fabricantes de torres de geradores e outros componentes com potencial para deslançar justamente



Atualmente, o Estado produz 1,9 mil MW a partir de aerogeradores

entre as regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste, onde está quase 80% da capacidade eólica mapeada no Estado.

Uma delas é a chinesa Goldwind, que recentemente passou a produzir na Bahia. Por aqui, teria um protocolo de intenções com a Íntegra Energia, que projeta um novo parque eólico em Rosário do Sul.

A empresa produziria torres de 160 metros de altura, apropriadas para aerogeradores mais potentes, com alta demanda de concreto. E essa produção ficaria situada na Campanha, possivelmente entre Candiota, Bagé ou Hulha Negra, vinculada às indústrias cimenteiras. O projeto, porém, segue em compasso de espera a partir da incerteza do setor cimenteiro em Candiota.

Mais madura está a possibilidade de instalação da europeia Nordex, que planeja definir o seu projeto de fabricação de torres eólicas em 2025. Já há um protocolo de intenções firmado entre a empresa e o governo do Estado. As regiões atualmente avaliadas para receber esse investimento são os entornos de Uruguaiana, Bagé, Osório e Santa Vitória Palmar.

Serão investidos entre R\$ 30 milhões a R\$ 50 milhões. A Nordex dependia da oficialização de parceria com algum projeto eólico no Estado para dar início a sua implantação. Uma vez firmado o contrato de fornecimento das torres, a perspectiva é que em 18 meses comece a

produção das estruturas.

A Nordex também fornece para as usinas componentes como as pás eólicas, o rotor, as naceles (cabine que abriga partes do aerogerador) e o drivetrain (que converte a energia cinética em elétrica), que devem ser importados ou trazidos de outros estados brasileiros, ao menos em uma primeira etapa.

As renováveis representam 83% da potência elétrica instalada no Rio Grande do Sul. Porém, as eólicas representam apenas 16,2% deste total. Para que se tenha uma ideia, hoje o Estado produz 1,9 mil MW a partir de aerogeradores. O potencial gaúcho é de 103 mil MW – 82,4 mil MW entre as regiões retratadas neste capítulo do Mapa Econômico do RS.

Um potencial que se tornou um pouco mais concreto nos primeiros meses deste ano, com a conclusão do Parque Eólico Coxilha Negra, em Santana do Livramento, encerrando um investimento de R\$ 2 bilhões da CGT Eletrosul, que resultou em 72 aerogeradores e uma capacidade instalada de 302,4 MW. O complexo, que tem três conjuntos de usinas, ocupa 8,6 mil hectares no município da Fronteira.

Foi o terceiro parque eólico erguido em Livramento. Desde 2011, está em operação o Complexo Eólico Cerro Chato, com geração de 138 MW. Em 2015, entrou em operação o Parque Ibirapuitã, com capacidade instalada de 163,2 MW.

Expectativa de novos investimentos em parques eólicos

Para 2025, há expectativa de que pelo menos três grandes projetos avancem na busca por investidores, representando até R\$ 11 bilhões em aportes entre Uruguaiana, Alegrete, Quaraí e Rosário do Sul nos próximos anos.

Em Uruguaiana, a Norwind, que desenvolve o projeto Minuano do Ibirocaí, aponta que neste ano anunciará o comprador do projeto que levará o empreendimento adiante. Com investimento previsto de R\$ 6,5 bilhões, ainda é aguardada a Licença Prévia para o complexo que prevê gerar até 1 mil MW – a metade da atual capacidade instalada no Rio Grande do Sul.

Em outra frente, também incluindo parte da área e Uruguaiana, complementada em Alegrete e Quaraí, o Complexo Eólico Três Divisas foi readequado no ano passado e

agora a Vento Pampeiro busca a captação de R\$ 3 bilhões para levar adiante o projeto de 89 aerogeradores, com capacidade instalada de 400,5 MW, em uma área de 17,8 mil hectares.

Por fim, em Rosário do Sul, a Íntegra Energia anunciou seu projeto do Complexo Eólico Serra do Caverá, com 50 aerogeradores em uma área de 6 mil hectares e capacidade instalada entre 250 e 300 MW. O projeto, que passa por análise no início da fase de licenciamentos, é estimado em R\$ 1,5 bilhão.

Ao todo, 21 municípios das regiões retratadas neste capítulo do Mapa Econômico estão aptas a receber alguns dos 60 projetos eólicos em análise pela Fepam. Representam quase 70% dos municípios mapeados pelos complexos eólicos.

Onde há produção de energia eólica

- Com a inauguração do Parque Eólico Coxilha Negra, a capacidade instalada do Estado aumentou para 2,1 mil MW
- 69% dessa potência entre os municípios de Santana do Livramento, Santa Vitória do Palmar, Chuí e Rio Grande

FONTE: GOVERNO DO ESTADO

Abastecimento a partir de resíduos urbanos

A partir dos resíduos de boa parte do Estado, a Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos (CRVR) pretende, a partir de julho, gerar gás (biometano) como combustível para veículos e outros fins, como indústria e residencial. Na sua operação em Minas do Leão, na Região Centro-Sul, já é produzido biogás, que alimenta a rede elétrica com biomassa e com índice negativo de geração de gases do efeito estufa.

“Nossa planta de biometano está pronta, com licença de operação concedida e em fase de comissionamento para testes e liberação pela ANP. Iniciaremos com uma capacidade de 45 mil metros cúbicos por dia, e avançaremos até 60 mil. A capacidade máxima da planta será de 66 mil metros cúbicos”, afirma o diretor-presidente da

CRVR, Leomyr Girondi.

Ao todo, o projeto da planta de biometano recebeu aportes de R\$ 148 milhões – R\$ 40 milhões somente neste ano. E ela terá um papel de produtora de gás, e não distribuidora, como salienta o dirigente. Um contrato de 10 anos de fornecimento já foi assinado com a Ultragas, que distribuirá o chamado bio-GLP, chegando a 11 milhões de brasileiros e pelo menos 60 mil empresas no País.

Onde há produção de energia por biomassa

- **Cascas de arroz:** São Borja, São Gabriel, Itaqui, Alegrete, Capão do Leão, Dom Pedrito, Bagé
- **Resíduos urbanos:** Minas do Leão
- **Resíduos de madeira:** Piratini

FONTE: GOVERNO DO ESTADO

Transição energética

Celulose pode virar combustível de refinaria em Rio Grande

Complexo industrial avança na produção de biocombustível a partir novas matérias-primas

Eduardo Torres

Em Rio Grande, depois dos primeiros testes positivos na produção de biocombustível a partir de óleos de origem vegetal de grãos, como soja, a Refinaria Riograndense, no caminho para se tornar a primeira biorrefinaria do País, também teve sucesso no teste de coprocessamento de 5% de óleo de biomassa, com matéria-prima não alimentar. Foi a primeira refinaria no País em condições de produzir combustíveis com conteúdo celulósico, dando vazão a um dos principais potenciais da indústria gaúcha.

O avanço será, inclusive,

um dos temas a serem demonstrados pela Petrobras durante a COP-30, neste ano. Faz parte do plano de investimentos de R\$ 1,5 bilhão da companhia até 2029 para a transformação da refinaria.

O teste foi concluído em fevereiro. O bio-óleo é um líquido viscoso, de coloração escura, rico em compostos orgânicos. Assim como o petróleo, precisa de tratamentos adicionais para ser usado em motores ou turbinas. Neste caso, ao ser co-processado, foi convertido em diversas frações, como gás combustível, GLP e componentes para formulação de gasolina e combustível marítimo com conteúdo renovável.

O bio-óleo usado como matéria-prima do teste foi fornecido pela empresa Vallourec Unidade Florestal. Seu processo de obtenção consiste na



Refinaria teve êxito no teste de processamento de 5% de óleo de biomassa com matéria-prima não alimentar

condensação de vapores gerados na produção de carvão vegetal de eucalipto, evitando a emissão de gases de efeito estufa.

Em 2023, a Refinaria Riograndense foi a primeira do mundo a processar 100% de óleo vegetal em FCC, produzindo combustíveis e insumos para a indústria química, como o propeno e bio aromáticos (BTX – benzeno, tolueno

e xileno), utilizando também tecnologia desenvolvida pela Petrobras.

De acordo com a diretora de Engenharia, Tecnologia e Inovação da Petrobras, Renata Baruzzi, o teste mais recente representa um avanço significativo para o biorrefino global, por viabilizar a transformação de madeira e de outros resíduos agroflorestais, amplamente disponíveis, em derivados

antes só obtidos com o refino de petróleo. O teste com conteúdo celulósico é uma das iniciativas para a conversão, nos próximos anos, da refinaria. Conforme a presidente da Petrobras, Magda Chambriand, a Refinaria Riograndense será a primeira refinaria do mundo a fabricar produtos 100% renováveis e terá no seu portfólio somente combustíveis obtidos a partir de óleos vegetais.

Hidrogênio verde é base para a indústria de fertilizantes

O complexo industrial de fertilizantes, que tem papel central na região do Porto-Indústria, em Rio Grande, com diversas indústrias, pode ser o setor que dará início à aplicação industrial do hidrogênio verde no Rio Grande do Sul.

Pelo menos este é o plano da Hidrogênio Verde Rio Grande, futura indústria projetada pela Infravix Engenharia, que em março deste ano assinou um memorando de entendimento com o governo do Estado para desenvolver a primeira planta de fertilizantes verdes junto ao Estaleiro Rio Grande – pertencente à Engevix, do mesmo grupo empresarial.

A partir da geração de hidrogênio verde, o objetivo é produzir amônia, e, com processamento industrial, ureia, que é matéria-prima base da produção de fertilizantes.

“Será uma indústria limpa, com a função, basicamente, de separar partículas de hidrogênio da água, utilizando energia limpa. A partir dessa

separação, que gera o hidrogênio verde, pelo uso da fonte de energia não poluidora, produzimos amônia, que entra na indústria para virar ureia. O fato de estarmos no porto é significativo, porque os portos são a porta de entrada de grandes volumes dos produtos básicos para a produção de fertilizantes por meio da importação”, define o CEO da Nova Participações, José Antunes Sobrinho.

O projeto prevê investimentos de US\$ 150 milhões – até R\$ 840 milhões – para produzir 100 mil toneladas por ano de ureia. Antunes acredita que haverá condições de iniciar as obras da unidade industrial no primeiro trimestre de 2026 para produzir no segundo semestre de 2027.

Atualmente, avançam os processos de licenciamento, tanto da planta industrial quanto da linha de transmissão necessária ao projeto. A compra de energia solar para o projeto já está garantida. “Temos a consciência de que teremos

um papel intermediário em um setor estratégico no Brasil, onde o agro tem um peso fundamental na economia. Para que se tenha uma ideia, hoje, Rio Grande importa 2 milhões de toneladas de ureia por ano. Nós produziremos 100 mil toneladas para suprir parte da demanda local, e não somos ainda uma solução à indústria de fertilizantes no Brasil, mas certamente, estamos apontando uma solução”, define o dirigente.

Só em Rio Grande, nos primeiros quatro meses do ano, os produtos básicos para o preparo de fertilizantes representaram 81% das importações do município. Por outro lado, pouco mais de 3% das exportações foram de fertilizantes e adubos elaborados. Durante todo o ano passado, essa relação chegou a 85% de importações e 3,8% de exportações. O Brasil, mesmo entre os maiores produtores de alimentos do mundo, foi o quarto país que mais importou compostos

orgânicos e o líder nas importações de fertilizantes prontos. “Daí a viabilidade do projeto, especialmente em Rio Grande. É um lugar junto ao porto, ao polo produtor de fertilizantes e com disponibilidade de energia limpa. Queremos chegar a valores competitivos no mercado, com uma pegada ambiental muito forte. Hoje, a ureia vem do Leste Europeu, do Canadá e do Marrocos que, além de produzirem um composto não limpo, obtido a partir de gás, que é uma fonte poluidora, ainda chegam carregados em navios movidos a óleo. O nosso produto é limpo”, aponta Antunes.

Os empreendedores vislumbram outros usos para o produto a ser obtido na futura planta industrial. “Pode ser que no futuro, por exemplo, possamos desenvolver uma planta para produzir amônia limpa como combustível de navios. É, sim, uma ideia de que a fábrica dialogue muito com o Estaleiro Rio Grande”, aponta o CEO da Ecovix, Robson Passos.

Potencial solar também atrai investimentos na Campanha e Sul

A geração de energia a partir do sol também tem entre a Campanha e o Sul do Estado terreno fértil. Em Rio Grande, por exemplo, o Projeto Sol dos Molhes tem nas placas solares o ponto central para o desenvolvimento de um complexo cultural e tecnológico na região, chamado Instituto Vagoneta.

Com um investimento inicial de R\$ 12 milhões e capacidade para gerar 2,5 MW, nas próximas etapas, esse desembolso deve chegar a R\$ 54 milhões, com um parque fotovoltaico capaz de gerar 13 MW.

Mesmo no quarto lugar entre os estados geradores de energia solar, o Rio Grande do Sul tem, atualmente, só 3,4% da sua energia gerada a partir de placas solares.

JOÃO PAULO CEGLENSKI/DIVULGAÇÃO/JC

Extrativismo

São José do Norte tem projeto de mineração de titânio



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO NORTE/DIVULGAÇÃO/JC

Cronograma da Rio Grande Mineração prevê dois anos para captação de investimentos e primeiro embarque

Município da Região Sul do RS pode se tornar novo polo brasileiro de produção de minérios

Eduardo Torres

“Sabe aquelas faixa pretas que aparecem muitas vezes na areia da praia? Boa parte daquilo é minério pesado e, hoje, estratégico para a indústria do País”. É desta forma que o diretor de relações institucionais da Rio Grande Mineração, Raffaele di Cameli, apresenta o plano que avança em São José do Norte para tornar a cidade do Sul do Estado o novo polo brasileiro de produção de minérios que servem de matéria-prima para a produção de titânio e zircônio, fundamentais para a indústria.

A exploração de ilmenita, rutilo e zircão já tem o estudo de impacto ambiental avaliado pelo Ibama e a licença de instalação foi concedida no final de maio. Antes da construção do seu projeto, no entanto, a empresa inicia agora uma nova fase de planejamento técnico, ambiental e financeiro, sem prazo para que possam ser vistas máquinas na área.

O Projeto Retiro, como foi denominado, prevê 11 anos de mineração na sua primeira fase, com um aporte de US\$ 300 milhões (hoje avaliado em R\$ 1,6 bilhão). O cronograma da Rio Grande Mineração prevê dois anos entre a captação de

investimentos finais ao projeto e o embarque da primeira carga de minérios. Antes disso, aponta o diretor, já foram investidos em torno de US\$ 50 milhões (R\$ 280 milhões) somente na fase de estudos e licenciamento ambiental. “Temos um potencial de 350 mil toneladas por ano de minério com potencial para ser extraído, com capacidade plena para suprimos o mercado local e ainda exportarmos ao internacional. São José do Norte é a prioridade da mineração de metais pesados do Brasil hoje”, detalha Cameli.

Até 2022, a indústria se valeu da mineração destes metais na Mina de Guajú, na Paraíba. Naquele ano, porém, a mineração neste ponto foi encerrada, e a produção de titânio – aplicado desde protetor solar até implantes, na indústria de pigmentos até ligas metálicas de celulares ou em soldas, por exemplo, da indústria naval – e de zircônio, aplicado em implantes dentários, na produção de cerâmica e de produtos refratários, ficou limitada às importações. “Este é considerado um projeto prioritário nos planos do governo federal para a indústria pela substituição de importações necessárias”, completa o diretor.

Tudo o que for retirado do solo em São José do Norte será levado até Camaçari, na Bahia, onde funciona a única planta industrial de beneficiamento destes minérios no Brasil. Não há planos de verticalizar a

produção no Rio Grande do Sul.

Conforme Raffaele di Cameli, há mais de 30 anos já era conhecido o potencial da mineração em São José do Norte. A logística da exploração em área plana e a possibilidade de, logo na saída da mineração, poder embarcar o minério na estrutura portuária do município são diferenciais considerados pelos investidores.

A ideia da Rio Grande Mineração é implantar o seu projeto em uma área hoje dominada pelo plantio de pinus, às margens da área conhecida como o Banhado do Estreito. A primeira fase de implantação inclui a construção de uma unidade de beneficiamento com a planta de separação mineral. Não há, porém, unanimidade em relação ao projeto.

“Existe alguma desconfiança e desconhecimento, principalmente entre os nossos produtores rurais sobre os possíveis impactos do projeto. Mas estamos bastante atentos ao projeto, que tem todo o licenciamento feito pelo governo federal. No ano passado estivemos no Ibama e conhecemos mais detalhes. Vimos que temos muito potencial e é algo muito importante para o Brasil. A nossa expectativa é de que, como teremos impacto no município e o projeto é grandioso, o retorno em impostos e compensações seja também grandioso para São José do Norte”, diz o prefeito Neromar Guimarães.

Lavras do Sul pode ter exploração de fosfato no município

Ainda transita na Justiça o questionamento do Ministério Público Federal e de entidades ambientalistas, ainda assim, após decisão favorável na primeira instância, em Bagé, a Águia Fertilizantes retomou o seu projeto para exploração de fosfato no Projeto Três Estradas, em Lavras do Sul. A previsão é iniciar as obras das instalações para serem utilizadas para extração do minério em agosto deste ano. A empresa utilizará ainda uma planta industrial em Caçapava do Sul para o beneficiamento do produto e distribuição comercial.

O objetivo desta mineração é gerar fosfato bruto para utilização na agricultura. Desde 2011, a empresa já investiu mais de R\$ 150 milhões na região, contando com investidores australianos. Considerado estratégico para a produção

agrícola brasileira, o fosfato hoje é importado em sua maior parte da Ucrânia.

“Teríamos uma usina termelétrica dentro do empreendimento para secar o produto. Naquele momento era o que havia de tecnologia disponível. Hoje não faz mais sentido falar em carvão. O Brasil já tem tecnologia disponível e é um custo acessível”, diz o gerente de projetos da empresa, Diego Boeira. A intenção é iniciar a produção, com uma capacidade de processamento de 100 mil toneladas por ano, no começo de 2026. A partir de 2027, quando a planta industrial estiver pronta em Lavras do Sul, ampliará em mais 300 mil toneladas essa capacidade. A estimativa da prefeitura de Lavras do Sul é de que a mineração gere até R\$ 1,5 milhão por ano em arrecadação.

Ouro é novo potencial na Região da Campanha

A Lavras do Sul Mineração faz parte do grupo canadense Lavras Gold, que prospecta a mineração de ouro no município da Campanha. A estimativa é de que seja possível iniciar a exploração em 2029, em uma área de 23 mil hectares. Até agora, já foram investidos R\$ 200 milhões nas pesquisas na região e o projeto é de chegar a R\$ 1,5 bilhão em impostos gerados em 10 anos.

O projeto já teve o termo de referência da primeira

fase do licenciamento ambiental aprovado. No segundo semestre, deve ser iniciado o Estudo de Impacto Ambiental. Foram identificados 26 possíveis pontos de mineração de ouro em Lavras do Sul.

“A região não tem só ouro e fosfato, mas também temos cobre, chumbo, zinco que, se trabalhados, poderão render vários empreendimentos minerais”, aponta o CEO da Lavras Gold, Michael Durose.

O potencial de mineração nos municípios

- ▶ **Ametista:** Santana do Livramento
- ▶ **Cobre:** Santana do Livramento, Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista
- ▶ **Basalto:** Santana do Livramento, Minas do Leão
- ▶ **Calcário:** São Gabriel, Caçapava do Sul, Candiota, Pedro Osório, Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar
- ▶ **Chumbo:** Lavras do Sul
- ▶ **Água Mineral:** Caçapava do Sul, Bagé, Pedras Altas, Morro Redondo, Camaquã, Chuvisca, Mariana Pimentel, Sertão Santana
- ▶ **Carvão:** Hulha Negra, Candiota, São Jerônimo, Butiá, Minas do Leão, Arroio dos Ratos
- ▶ **Cascalho:** Hulha Negra, Manoel Viana
- ▶ **Areia:** Manoel Viana, São José do Norte, Tavares, Cristal, Dom Feliciano, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Sentinela do Sul
- ▶ **Arenito:** Manoel Viana
- ▶ **Granito:** Camaquã, São Jerônimo, Sentinela do Sul
- ▶ **Argila:** São Jerônimo, Minas do Leão
- ▶ **Diabásio:** Butiá, Minas do Leão
- ▶ **Folhelho de Pirobetumino:** Minas do Leão

FONTE: MAPA DA MINERAÇÃO ANPM/DNPM 2024

Fumicultura

Canguçu, na Região Sul, é a capital do tabaco

A tradição e, principalmente, a industrialização do fumo pode estar no Vale do Rio Pardo, mas a capital da produção do tabaco no RS, há pelo menos uma década, é Canguçu, na Região Sul. No município de quase 50 mil habitantes, em torno de 5 mil famílias dedicam-se ao plantio, com a maior área produzida – 8,9 mil hectares – e a maior produção – 18,1 mil toneladas – na safra 2023/24. Dados que devem ser ampliados neste ano. Os bons preços aos produtores nas últimas safras e a geografia da cheia do último ano, tendo atingido em Canguçu somente 1,7% do território, garantem que as Regiões Sul e Centro-Sul sejam uma reserva de segurança para o setor.

Esse movimento não se limita ao município. Entre as Regiões Sul e Centro-Sul estão quatro dos dez maiores municípios produtores de tabaco do Rio Grande do Sul – Canguçu (1º), São Lourenço do Sul (3º), Camaquã (7º) e Dom Feliciano (8º). Somente entre esses quatro municípios, na última safra foram 25 mil hectares cultivados.

Maiores produtores de tabaco

- 📍 Canguçu (1º no RS) 8,9 mil hectares / 18,1 mil t
- 📍 São Lourenço do Sul (3º no RS) 7,2 mil hectares / 13,9 mil t
- 📍 Camaquã (7º no RS) 4,6 mil hectares / 8,01 mil t
- 📍 Dom Feliciano (8º no RS) 4,4 mil hectares / 7,7 mil t
- 📍 Pelotas (14º no RS) 3,05 mil hectares / 5,8 mil t

FONTE: AFUBRA 2023/2024

Minuto Varejo

Supermercados e free shops puxam expansão lojista

Redes supermercadistas avançam nas regiões da Campanha, Fronteira Oeste e Sul do Estado, e free shops incrementam a economia das localidades

Patrícia Comunello

Dois segmentos do varejo puxam a expansão do setor nas Regiões da Campanha e Fronteira Oeste: supermercados e free shops. O setor supermercadista, tem players consolidados que fazem movimentos de crescimento e diversificação. Três grupos puxam negócios de autosserviço alavancado pela alimentação: Peruzzo, Nicolini e Righi, que estão em posições de relevância no ranking da Associação Gaúcha de Supermercados (Agas), na 7ª, 10ª e 11ª posições respectivamente.

O Nicolini fez o movimento mais robusto, com perspectiva de escalar lugares do ranking. O grupo, com sede em Bagé, arrematou 11 lojas da bandeira Nacional, cujos pontos foram vendidos pelo Carrefour Brasil. As unidades estão desde Santa Rosa (Missões) até Pelotas (Sul). O valor da transação não foi revelado, e as conversões para a

bandeira da Campanha começam em 2025. O Nicolini sairá de 17 lojas (4 atacarejos) para 28.

O “irmão” bageense Peruzzo, com 27 unidades, também cresce com aquisições na região, renovação e novas unidades com serviços, como refeição pronta, de olho em mais fluxo, além de conceito premium.

O grupo Righi, de Santana do Livramento, abriu a 15ª loja com investimento de R\$ 20 milhões e foco na atração de clientes uruguaios e renda mais elevada. O grupo começa neste ano também obras do primeiro shopping center da cidade, com injeção de R\$ 60 milhões.

Em Rio Grande, o grupo Guanabara, 9º do ranking estadual da Agas, chegou ao quarto atacarejo GB Mix. A nova loja, onde foi bandeira BIG, é a maior operação da rede no formato. Outra unidade será erguida no Cassino.

Em outra frente, os free shops brasileiros surfam a onda do câmbio favorável e isenção de tributos, com atração de consumidores tanto do lado argentino quanto de cidades gaúchas e outros estados. O Rio Grande do Sul é o maior centro desse tipo de comércio no Brasil, localizada na vizinhança da fronteira.

Polo isento de impostos no RS é líder no Brasil e ganha novas lojas

Uruguaiana é a rainha dos free shops, com 13 das 26 operações gaúchas. São 37 no Brasil, dentro da área autorizada para esses comércios. No

Estado, as lojas com imposto livre rivalizam com as coirmãs, no outro lado da fronteira, entre o Uruguai e a Argentina.

Com a desvalorização



DANIEL BADRA/DIVULGAÇÃO/JC

Righi, de Santana do Livramento, abriu neste ano loja de R\$ 20 milhões



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Rede Peruzzo, de Bagé, cresce na região e inova na oferta de serviços



DANIEL BADRA/DIVULGAÇÃO/JC

Grupos ampliam operações com formatos de vizinhança e atacarejo



PATRICIA COMUNELLO/ESPECIAL/JC

Das 26 operações gaúchas de free shops, metade opera em Uruguaiana

aguda do real frente ao dólar, a nova fronteira varejista de isenção tributária caiu no bolso dos argentinos, que chegaram a responder por 90% do fluxo em janeiro e fevereiro, temporada de férias, além de cada vez mais gaúchos de outras cidades e turistas de outras regiões do País buscarem o destino de compras.

Dados do setor apontam para cinco novas lojas a serem abertas ainda em 2025 na fronteira gaúcha.

Itaqui ganhou o primeiro ponto, da Brasil Free Shop, em junho, com outros sete em mais cidades. Detalhe: a bandeira é do mesmo dono da rede de supermercado Baklizi

(12ª do ranking da Agas). Segundo lojistas e lideranças do segmento, a atividade impactou também o comércio local e serviços – de restaurantes a hotéis –, ao atrair mais consumidores que antes passavam sem parar, sejam argentinos ou brasileiros.

Para alimentar um crescimento maior nos próximos anos, o setor se mobiliza para elevar a cota de US\$ 500 (quase R\$ 3 mil) de gasto por CPF por mês para US\$ 1 mil, mesmo limite dos free shops de aeroportos internacionais.

Aliás, o aeroporto de Uruguaiana vai ganhar a primeira operação do segmento, do Bah Free Shop.

Inovação

Projeto de Parque Binacional quer desenvolver a Campanha

Iniciativa em Livramento terá gestão compartilhada com o Parque Tecnológico Regional Norte, que está se estabelecendo em Rivera, no Uruguai

Ana Stobbe

O Brasil possui, hoje, 64 parques tecnológicos em operação, reunindo 2.706 empresas, de acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Deles, 15 estão localizados no Rio Grande do Sul.

A este número, em breve, deverá se somar uma iniciativa inovadora: o Parque Tecnológico Binacional de Santana do Livramento, que teve seu projeto pré-aprovado para receber uma verba de cerca de US\$ 6 milhões do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), com retorno de pelo menos 15% do montante em contrapartidas.

A expectativa é de que o projeto final seja redigido até setembro deste ano e apresentado ao Mercosul em uma reunião prevista para dezembro. A partir de então, ele poderá ser aprovado, com expectativa de que as obras iniciem já em 2026 com previsão de dois a três anos para serem finalizadas. A instalação se dará em uma área de 9 mil metros quadrados doada pela prefeitura de Santana do Livramento, a cerca de 200 metros da fronteira com a cidade de Rivera, no Uruguai.

A gestão do parque será compartilhada pela cooperação com o Parque Tecnológico Regional Norte, que está se estabelecendo em Rivera. “A nossa perspectiva sempre foi de cooperação binacional e de integrar as ações e as áreas de atuação desse parque que vai se estabelecer aqui com as ações e áreas de atuação do parque que vai se estabelecer em Rivera. É como se os dois parques fossem parte de um mesmo parque ou polo tecnológico”, explica o professor da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Rafael Schmidt, que coordena a implementação do Parque.



RONALDO ESTEVAM/UNIPAMPA/DIVULGA??O/JC

Instalações, a 200 metros da fronteira com Rivera, somam 9 mil m²

Além do investimento em ciência, tecnologia e inovação proporcionados pelo projeto, o parque deverá auxiliar na geração de empregos da região, contribuindo para manter a população jovem no município. A expectativa é de que sejam criados 250 postos de trabalho nos primeiros cinco anos de funcionamento.

“Formamos uma mão de obra tecnicamente muito qualificada, mas não temos conseguido, no Interior, nessas regiões aqui, gerar oportunidades de trabalho, mesmo de empreendedorismo, para esse pessoal que se forma. Temos a missão do ponto de vista acadêmico de ajudar com um projeto de desenvolvimento para a região, mas, também, do ponto de vista dos estudantes, temos a responsabilidade de criar condições para que pelo menos parte das pessoas que se formam encontrem condições de permanecer aqui com empregos que remuneram e gerem oportunidades de desenvolvimento no nível da sua qualificação”, explica Schmidt.

As Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste têm crescido menos do que as outras macrorregiões retratadas pelo Mapa Econômico do RS, em termos de estoque de vagas de emprego formal, conforme o Cadastro Geral de Empregos e Desempregados (Caged). Além disso, registrou uma queda populacional no Censo de 2022 de 13,9% em relação ao levantamento anterior, de 2010.

Outro diferencial do projeto é a exploração da fronteira

como uma oportunidade para as empresas que buscam se estabelecer no parque. A partir disso, é esperada a captação de R\$ 15 milhões em investimentos privados nos primeiros 10 anos de funcionamento da estrutura. “Nossa perspectiva é justamente oferecer um serviço que pode auxiliar as empresas não só a se estabelecerem no Brasil, mas também para que possam se internacionalizar. E as do lado de Rivera também a abrirem as portas para o mercado brasileiro”, acrescenta Schmidt.

Universidades nas Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste

- **Unipampa** - Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana
- **Urcamp** - Alegrete, Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel, Santana do Livramento
- **IFSul** - Pelotas, Bagé, Camaquã, Jaguarão, Santana do Livramento
- **IFRS** - Rio Grande
- **Uergs** - Alegrete, Bagé, Santana do Livramento, São Borja, Tapes
- **Furg** - Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha, São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar
- **Ufpel** - Pelotas, Capão do Leão
- **Ucpel** - Pelotas
- **Unideau** - Bagé

Instituições governamentais fornecem aporte e apoio técnico

Enquanto a prefeitura de Santana do Livramento doou o terreno para a instalação do Parque Tecnológico Binacional e anunciou o aporte de R\$ 1 milhão para contribuir com a contrapartida exigida pelo Focem, outras instituições públicas têm atuado junto ao projeto ou estão sendo prospectadas. “Se cria um círculo virtuoso de inovação, de empreendedorismo, de atração de investimentos também”, celebra Schmidt.

O governo do Estado recebeu uma proposta da Unipampa, que planeja acessar recursos do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), desenvolvendo um Centro de Inteligência Climática. A iniciativa foi apresentada dentro do eixo de resiliência climática do Plano Rio Grande.

“Estamos tendo um acolhimento muito bom na Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do Estado para a elaboração do projeto do Centro de Inteligência Climática, que vai ficar dentro do Parque Tecnológico. A gente sabe que o problema

climático, que deu razão à existência do Funrigs, é um problema do presente e do futuro. Como o Rio Grande do Sul vai se posicionar em relação a isso? Através da inovação e da geração de conhecimento para que a nossa sociedade civil possa se adaptar e buscar ter resiliência”, explica Schmidt.

Por outro lado, há instituições públicas que estão auxiliando do ponto de vista técnico do projeto. O Ministério do Planejamento, por exemplo, foi o responsável por encaminhar o projeto ao Focem e por estabelecer uma parceria com o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), que está contratando o anteprojeto do Parque e realizando reuniões periódicas de orientações para a construção do texto final que será apresentado ao Mercosul.

O órgão também estabeleceu parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Regional para a execução do projeto, que conta também com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Universidades uruguaias e brasileiras atuam em conjunto

O embrião para o projeto do Parque Tecnológico Binacional de Santana do Livramento iniciou em 2017, quando foi criado um grupo de trabalho envolvendo agentes públicos e representantes de instituições de ensino superior. Nele, foram reunidas universidades uruguaias, como a Universidad Tecnológica del Uruguay (Utec), e brasileiras, incluindo, além da Unipampa, escolhida entre os membros para apresentar o projeto ao Mercosul, o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs).

IFRS, Uergs e Unipampa são algumas das instituições com campi instalados nas Regiões da Campanha, Fronteira Oeste e Centro-Sul. Além da iniciativa binacional na qual estão envolvidas, elas possuem projetos

próprios com os quais promovem a ciência, a tecnologia e a inovação — como o Parque Científico e Tecnológico do Pampa (Tecnopampa), da Unipampa.

Na Região Sul, outras instituições se destacam. A Universidade Federal de Pelotas (UFPel), desenvolve diversos projetos no Tecnosul – Pelotas Parque Tecnológico e a Universidade Federal do Rio Grande (Furg) tem uma forte atuação no Oceanec – Parque Científico e Tecnológico.

Em toda a macrorregião, universidades, e centros universitários contribuem para a formação profissional da população. Entre elas, estão instituições comunitárias, como o Centro Universitário da Região da Campanha (Urcamp) e a Universidade Católica de Pelotas (Ucpel), e particulares, como Anhanguera e Unideau.

Desenvolvimento

Terroir da Campanha Gaúcha atrai empreendimentos em vitivinicultura

Empresário paulista Luiz Eduardo Batalha e narrador Galvão Bueno iniciaram produção de vinhos na região

Ana Stobbe

“É um lugar mágico do vinho do mundo inteiro”, comenta o empresário paulista Luiz Eduardo Batalha ao definir o paralelo 31, onde a Região da Campanha está localizada. O local se consagra por características especiais na produção de vinho e que levaram o empreendedor responsável pelo Azeite Batalha a iniciar mais um empreendimento em Candiota, comprando a vinícola Batalha. O solo, o clima e o relevo da região favorecem a maturação das uvas viníferas.

Não foi apenas o paulista que despertou para a região, que recebeu uma indicação de procedência em 2020. Afinal, o renomado narrador esportivo Galvão Bueno também adquiriu uma propriedade em Candiota próxima à de Batalha para produzir os rótulos da Bueno Wines, por meio de uma parceria com o



DANIELA RADAVELLI/SALTON/DIVULGAÇÃO/JC

Solo, clima e relevo da Região da Campanha favorecem a produção de uvas e vinhos

Grupo Miolo.

Grandes empresas da Serra Gaúcha, a maior região produtora de vinhos do País, também têm cultivado hectares de uvas viníferas na Campanha e Fronteira Oeste. É o caso da própria Miolo, em Santana do Livramento e Candiota, a Salton, em Santana do Livramento, e a Cooperativa Nova Aliança, com produtores espalhados pela região.

O vice-presidente da Associação Vinhos da Campanha, André Gasperin, prevê que esse

é apenas o começo: “é um polo produtivo que tem crescido bastante, a área plantada na região também vem crescendo em hectares e empreendimentos. Antigamente, eram somente projetos de grande porte na região. Hoje, isso já se diversificou com projetos de pequeno porte e vinícolas boutique com produtos de destaque nos níveis nacional e internacional”, reflete.

A produtividade não mente. Em crescimento desde 2016, embora de maneira alternada, a Região da Campanha produziu 1 milhão de litros de vinhos e espumantes em 2024, com destaque para a cidade de Candiota. Na Fronteira Oeste, o município de Santana do Livramento também se destaca, somando 3,2 milhões de litros produzidos em 2024. Ambas são as maiores produtoras de vinho da região.

Mas não é apenas as características do terroir que atraem os investidores à Campanha. Batalha, por exemplo, migrou para a região para criar gado da

Principais municípios produtores de vinho

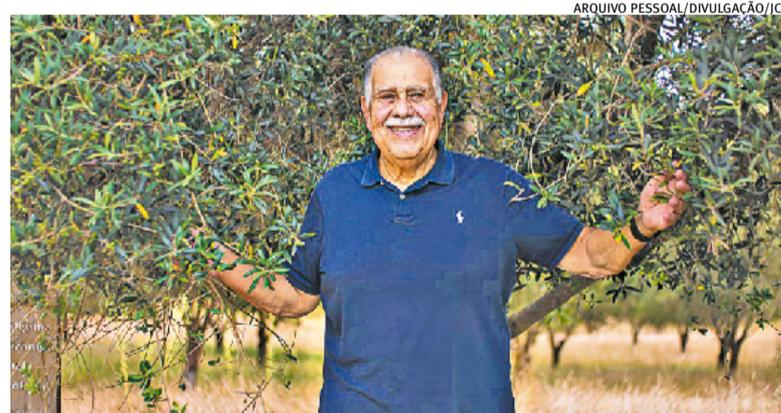
(Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste)

- ▶ Santana do Livramento
- ▶ Candiota
- ▶ Santa Margarida do Sul
- ▶ Dom Pedrito
- ▶ Pelotas

FONTE: SECRETARIA DA AGRICULTURA, 2024

raça Angus devido às características climáticas locais, mas, mais do que isso, se apaixonou pela receptividade dos gaúchos. “O que nos encanta, na verdade, desde o começo, é o povo do Rio Grande do Sul. É um pessoal politizado, educado e receptivo. São ferrenhos na dificuldade e muito ligados à terra”, garante o empresário.

Já Gasperin acrescentaria a isso a história da região. “Não se vende só vinho, se vende cultura e história através do vinho. E nisso a Campanha é muito rica.”



ARQUIVO PESSOAL/DIVULGAÇÃO/JC

Batalha percebeu potencial da região e investiu em múltiplos negócios

Turismo deve fortalecer olivicultura e vitivinicultura na Região Sul e Fronteira Oeste

Diante dos desafios, há um ramo que cresce entre produtores de azeite e de vinhos: o turismo. Enquanto a Região Sul é contemplada pela Rota dos Olivais, instituída pela Secretaria Estadual de Turismo, o projeto Trem do Pampa, que comporta até 100 passageiros, saiu do papel, incluindo visitação a fazendas voltadas à olivicultura e à vitivinicultura, assim como a degustação dos produtos.

O trajeto, que liga Santana do Livramento ao distrito de Palomas, foi lançado em julho de 2024.

As paisagens bucólicas também inspiram projetos de produtores de azeites e vinhos. Entre eles, está o empresário Luiz Eduardo Batalha, que possui um projeto ambicioso. Até o final do ano, será inaugurado o Terroir 31, um complexo residencial e turístico em suas

propriedades no município de Candiota, que contou com o investimento de R\$ 50 milhões.

Por um lado, famílias poderão morar em um condomínio com oliveiras e parreiras plantadas em seus quintais, as quais poderão ser cultivadas, colhidas e industrializadas dentro da propriedade. Assim, os residentes terão azeites e vinhos com rótulos personalizados. Em outra área, os olivais

e os vinhedos serão abertos à visitação em um luxuoso complexo. “Tem uma linha de produtos, como loções, shampoos e cremes de azeite, vai ter também de vinho, que são coisas da moda. Tem uma hípica, porque gostamos muito de cavalo. Vai ter um hotel com 49 cabanas, pequenas casinhas, com churrasqueira e jacuzzi. Vai ser algo gigantesco”, antecipa Batalha.

Olivicultura aposta em pesquisa para retomar produtividade

O Rio Grande do Sul é um dos principais produtores de azeite de oliva extravirgem do Brasil. No cultivo da sua matéria-prima, a azeitona, fruto da oliveira, a Região Sul se destaca com os três municípios com as maiores áreas de olivais. Entretanto, nos últimos anos, foi necessário dar um passo atrás nos trabalhos: com uma queda na produtividade em 2024 e em 2025, é necessário investir em pesquisa para retomar os patamares dos anos anteriores. A avaliação é do presidente do Instituto Brasileiro de Olivicultura (Ibraoliva), Flávio Obino Filho.

A safra 2023/24 foi frustrante para muitos produtores. Na anterior, de 2022/23, a produção havia sido expressiva, com 580.228 litros de azeite e, no ano seguinte, esperava-se, inicialmente, superar o volume, chegando a 696.274, um aumento de 20%. Entretanto, eventos climáticos levaram a uma queda de 67% na produtividade. Ao todo, foram 193.150 litros de azeite, 73% a menos do que o previsto. Apesar dos entraves, era esperada outra supersafra em 2024/25.

Mas o excesso de chuvas de 2024 indicam que, novamente, o cenário de menor produtividade deverá se repetir: a Ibraoliva estima um crescimento em relação à última safra, mas com números ainda inferiores que a de 2022/23.

A expectativa é de que, nos próximos anos, as pesquisas do Ibraoliva contribuam para identificar se os cultivares utilizados atualmente são os melhores para o clima gaúcho.

Maiores áreas de olivais nas regiões

- ▶ Pinheiro Machado
- ▶ Canguçu
- ▶ Caçapava do Sul
- ▶ Santana do Livramento
- ▶ São Gabriel

FONTE: SECRETARIA DA AGRICULTURA, 2024

Painel

Evento do Mapa Econômico do RS reuniu lideranças regionais para debate em Bagé

Primeiro painel regional para discutir oportunidades e desafios ao desenvolvimento das Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste aconteceu no dia 5 de junho no Palacete Pedro Osório, em Bagé. Uma centena de líderes políticos e empresariais da região participaram.



Diretor-presidente do JC, Giovanni Jarros Tumelero



Prefeito de Bagé, Luiz Fernando Mainardi



Flávio Daniel Merch, diretor da Coradini Alimentos, de Bagé



Patrique Nicolini Manfro, executivo da Rede Nicolini



Rafael Avancini, diretor-técnico do Hospital Monporto, de Rio Grande



Paulo Costa, sócio-proprietário da PA Costa Advogados



Marcelo Pilon, sócio-proprietário da Pilon Máquinas, de Bagé



Tatiana Salim, gerente de negócios da empresa Linea



William Gonçalves, executivo de Economia do Mar de Rio Grande



Pedro Tavares, secretário da Fazenda de Pedro Osório



Zeca Brito, secretário municipal de Cultura de Bagé



Ana Caroline Caetano, secretária municipal do Turismo de Piratini



Lenissa Machado, Lourenço Guimarães e Patrícia González, da Unidade Operacional do CIEE-RS em Pelotas



Clark Oliveira, proprietário da CEO Comercial de Ferragem



Secretários municipais de São Gabriel, Lucas Cabral (Administração), Márlon Maciel (Geral de Governo) e Matheus Forgiarini (Planejamento)



TÂNIA MEINERZ/JC

Lindonor Peruzzo Júnior, vice-presidente do Grupo Peruzzo Supermercados



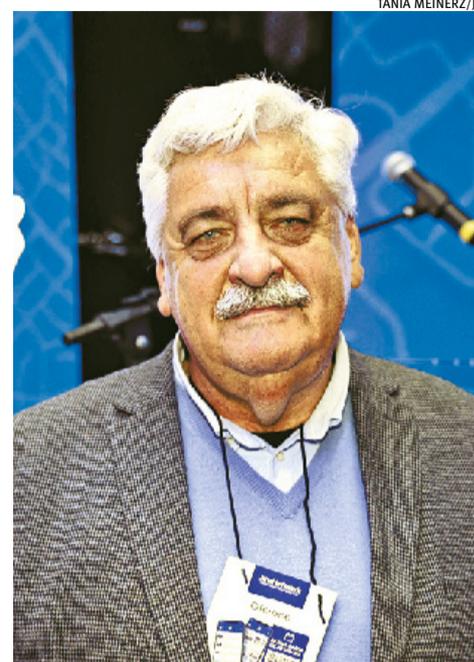
TÂNIA MEINERZ/JC

José Paulo Cairolí, presidente da Associação Brasileira de Angus e Ultrablack



TÂNIA MEINERZ/JC

Leonardo Nocchi Macedo, presidente da Associação Comercial e Industrial de Bagé



TÂNIA MEINERZ/JC

Geraldo Brossard Corrêa de Mello, presidente do Sindicato Rural de Bagé



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Vice-prefeito de Bagé, Gilberto Alagia



TÂNIA MEINERZ/JC

Renato Votto, agente de Relações com o Mercado do Sesi em Pelotas



TÂNIA MEINERZ/JC

Rita Jorge, coordenadora de curso na Urcamp, de Bagé



TÂNIA MEINERZ/JC

Carlos Eduardo Pires e Galvão Caminha, sócios da CSP Advocacia, com Aline Pillon, gerente de marketing da Pillon Cereais, de Bagé



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Leísa Flores, coordenadora da Agência FGAS/Sine de Bagé



TÂNIA MEINERZ/JC

Andréa da Rocha, diretora-geral da Caixa de Assistência da Mútua



TÂNIA MEINERZ/JC

Matheus Borges, assessor técnico da presidência do Crea-RS



TÂNIA MEINERZ/JC

Empresário Lindonor Peruzzo, CEO do Grupo Peruzzo Supermercados, e Clori Peruzzo, sócia da Vinícola Peruzzo



TÂNIA MEINERZ/JC

Publicitária Beatriz Gallo e o diretor das rádios Difusora e Delta FM de Bagé, João Vicente Gallo



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Gustavo Paulus, presidente da Record RS



TÂNIA MEINERZ/JC

Lideranças discutiram desafios e oportunidades ao desenvolvimento



MAPA ECONÔMICO DO RS

Indicadores do presente, tendências para o futuro.

| Edição Lajeado |



10 de julho | 17h

Associação Comercial
e Industrial de Lajeado

Regiões Central, Vale do Taquari, Vale do Rio Pardo, Vale do Jaguari e Jacuí Centro.

O Jornal do Comércio comunica o segundo encontro da terceira temporada do Mapa Econômico do Rio Grande do Sul, que acontecerá em Lajeado.

No encontro, reuniremos líderes empresariais, gestores públicos e especialistas para debater os caminhos do desenvolvimento regional. O painel será mediado por Guilherme Kolling, editor-chefe do Jornal do Comércio.

Desde 2023, o Mapa Econômico do RS mapeia e analisa os principais vetores econômicos do Estado, dividindo-o em cinco grandes regiões.

A iniciativa identifica desafios, potencialidades e avanços em cada território. Ainda serão promovidos outros três eventos em diferentes localidades, sempre acompanhados de um caderno especial com conteúdo exclusivo.



Escaneie o QR Code
e veja como foram
as edições de 2024.



Entre em contato
e saiba como participar
do projeto.

(51) 3213.1338
comercial@jornaldocomercio.com.br

Realização

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

Patrocínio



Apoio



Media partner

